

EM TEMPO:

Tudo sobre o PT:

A reunião da direção nacional. Documentos oficiais sobre a Constituinte e a esquerda. E o encontro Lula-Walesa.

QUINZENÁRIO NACIONAL • ANO IV • Nº 121 • 22/1 A 4/2/81 • CRS 40,00

EL SALVADOR EXCLUSIVO

DOCUMENTO REVELA PLANO SECRETO:

COMO OS EUA QUEREM PARAR ESTES HOMENS



Política

Reforma eleitoral

Chame o ladrão: a ditadura quer roubar seu voto em 82!

Os sete golpes tramados pela gang do planalto

Por Juarez Guimarães e Marília Carvalho

É certo que o governo vai lançar mão de um novo "pacote" de reformas eleitorais para garantir desde já os resultados das eleições de 1982. O próprio PDS, seguindo orientação do Planalto, já tomou a iniciativa de formar uma comissão com a função de apresentar no prazo de 120 dias um pacote eleitoral bem ao gosto da ditadura.

O governo tem interesses muito precisos com as eleições de 1982. O maior deles, sem dúvidas, é através do espaço restrito das eleições, canalizar as tensões políticas de um período que promete profundo descontentamento e crise social e ampliar as possibilidades de cooptação das oposições mais moderadas. Mas, para evitar que o feitiço vire contra o feiticeiro, a ditadura tem que administrar o processo eleitoral de tal forma que o resultado das urnas case com sua estratégia política.

Em primeiro lugar, é necessário garantir a maioria no colégio eleitoral que irá escolher o presidente da República em 1984, composto por congressistas, representantes das Assembleias Legislativas e das Câmaras dos Vereadores, as quais serão completamente renovadas nas eleições de 82. Este é o primeiro problema, pois previsões oficiosas afirmam, que, a valer as regras eleitorais vigentes, as oposições se beneficiariam de 80% dos resultados eleitorais, desestabilizando a maioria governista no Colégio Eleitoral. E manter estritamente em suas mãos o processo sucessório do presidente da República é um ponto de honra para a ditadura.

Em segundo lugar, o governo tem interesse em evitar que as eleições para governadores se transformem numa epidemia de derrotas oficiais. Há interpretações que minimizam a importância de derrotas nos governos estaduais, mesmo em estados chave pela sua grande subordinação adminis-

trativa em relação ao poder central e também pela moderação dos principais candidatos oposicionistas com chances de serem eleitos. No entanto, uma pesquisa feita pela coordenação política do governo, indica que o PDS, na hipótese mais favorável, elegerá 12 dos 22 governadores em 1982, perdendo nos principais estados. E pode-se prever o que isto significaria de catastrófico para o governo, que trabalha com um nível elevado de centralização no plano político e econômico e mesmo para o PDS em todos estes estados, já que o partido vem se constituindo sempre com base nas estruturas de poder dos governos estaduais.

Em terceiro lugar, é crucial para o regime obter uma composição favorável na Câmara e no Senado, já que é seu plano fazer passar no legislativo uma reforma constitucional que mantenha o arbítrio na essência, e, ao mesmo tempo, esvazie a bandeira da Assembléia Constituinte.

Por tudo isso, e se não fosse apenas para evitar uma fragorosa derrota eleitoral que colocaria a nú sua ilegitimidade política, as reformas eleitorais virão. O governo precisa delas e tem, em último caso o recurso à aprovação por decurso de prazo. Se dúvidas existem, elas recaem mais sobre qual a combinação das alterações que melhor atende aos interesses oficiais e que melhor compatibilize os interesses do conjunto e de cada um dos parlamentares.

O governo tem nas mãos uma série de esquemas para minar o avanço das oposições no plano parlamentar e reduzir a pó as ilusões, hoje mais do que nunca alimentadas, dos que sonham em chegar às portas do poder seguindo convenientemente as regras do jogo.

Editorial

O PT e as eleições

Lula: "Se abandonarmos a discussão dos problemas em nome dos compromissos e preocupações eleitorais, estaremos fugindo à natureza do PT."



Estabelecido o calendário eleitoral para 82, desaguaram com sofrimento os apetites contidos, os sonhos por longo tempo acalentados. Começa a corrida ao pote de ouro: a gama variada de cargos parlamentares e executivos, os gloriosos postos dos governos estaduais.

Os candidatos potenciais se multiplicam: só em Minas são até o momento 21 ao posto de governador; em São Paulo, já nove nomes se alinham para a corrida e assim por diante.

Para as figuras do PDS, criadas à sombra do poder mas nunca finalmente saciadas, é a hora e a vez do fisiologismo. Ali, as lideranças no geral sem estatura política não polarizam. O que faz perfilar as tropas para o combate é o ouro e o ouro está com quem está no poder. O partido ao nível regional se estrutura quase sempre à imagem e semelhança do poder de seus governantes a nível nacional: oscila, se consome em disputas, sujeito às ordens e contra-ordens da gang do Planalto.

No campo da oposição a esmagadora maioria se embola no meio, esvaziando as pontas. Se o objetivo é crescer no enorme e difuso manancial de descontentamento com o regime, mas ao mesmo tempo gozando da confiança deste, o melhor é ter uma cara política difusa e não fincar o pé em representações combativas, de bases definidas. No quadro estreito dos interesses políticos, as diferenças programáticas são nuançadas, sombreadas.

Existem diferenças, é claro; ignorá-las seria erro político. Se o PMDB procura trabalhar a sua imagem de oposição austera e viável, o PP entabula negociações secretas com o Governo, buscando conquistar uma posição de alternativa confiável aos olhos do poder. Enquanto Ulisses quer entrar com dignidade pela sala de visitas, Tancredo Neves, mais raposa e menos empostado, procura a porta da cozinha. Enquanto isso, o PDT e o PTB esbravejam desesperados, na incômoda posição de quem luta pelo poder mas sem

chances. Mas o que os une, o que os torna irmãos na política burguesa, é a intenção de cavalgar a insatisfação popular fazendo dela trampolim político.

Enquanto as tentações eleitoreiras fazem carreira, Golberi esfrega as mãos satisfeito. Neste campo, ele é doutor: soluções do casuismo, manobras, não faltam, e nem mesmo eventuais cooptações no campo das oposições. E se as oposições patinam em um jogo cujas regras não estão bem fixadas e no qual o juiz é do time que é dono da bola, corre por baixo o veio principal da luta de classes. Ali, nos bairros, nos sindicatos, no campo, dia a dia, o povo trabalhador luta pela sua organização e, nas portas das fábricas, nos armazéns e nas filas do INPS trava a luta cada vez mais difícil pelo emprego, pelos alimentos e pelos serviços.

Criado em repulsa a essa realidade, expressando os melhores sentimentos de libertação das lideranças populares nascentes, o PT, nem por isso, está imune a sofrer, sob formas variadas, as pressões e influências do eleitoralismo. É sintomático disso, o debate recente que polarizou as atenções do PT mineiro sobre a relação do partido com as eleições (ver pg. 5).

E neste sentido, são de extraordinária importância as posições prevaescentes na última reunião nacional do PT e que tiveram em Lula um dos seus mais ardorosos defensores. "Se abandonarmos a discussão dos problemas da base em nome de compromissos e preocupações eleitorais estaremos fugindo à natureza do PT", chegou a dizer Lula. Esta preocupação esteve presente na defesa de que as filiações se dessem pelos núcleos, sem manipulações; na constituição de uma comissão para elaborar o programa de intervenção do partido em diversos campos; e mesmo na defesa da necessidade de definir uma linha de intervenção sindical: "enquanto não temos uma linha sindical, os grupos de esquerda, têm, os patrões têm, e o governo têm", disse Lula.

Essa é, sem dúvida, nossa principal

tarefa: construir o PT, cumprindo todos os requisitos legais, desenvolvendo ao mesmo tempo as suas características originais. Pois, o PT pode vir a ser derrotado pelos patrões e pela ditadura, mas ele estará de cara fracassado, se der as costas à realidade do movimento operário e popular que lhe deu origem.

Mas é também pelo compromisso com as classes trabalhadoras — e não simplesmente porque tem que cumprir um determinado coeficiente eleitoral para se legalizar — que o PT deve entender a preparação para intervir nas eleições como um momento importante de sua política. Pois não ocupar o espaço eleitoral é deixar a população trabalhadora, ainda em fase nascente de organização, à mercê das pressões da corrupção, ou do embalo em ilusões. Quantas lideranças nascentes de bairro não sofreram, por exemplo, o assédio corruptor dos políticos e cabos-eleitorais do PDS?

O PT tem que lutar também palmo a palmo neste terreno encarando as eleições como momento de incentivo à organização popular, de estímulo ao desenvolvimento das consciências e de fazer crescer a unidade na luta contra a ditadura.

Ao assumir esta tarefa, o PT, certamente joga farofa no ventilador do governo. Pois enquanto existir uma barreira entre a política e o cotidiano, entre o poder e a fome estará garantido para sempre o reinado da ditadura dos patrões.

Assumir esta luga significa desde já denunciar as tramóias que a ditadura pacientemente elabora para fraudar o processo eleitoral de 1982, a maioria das quais vão exatamente no sentido de desvalorizar o voto do assalariado, das grandes concentrações urbanas e operários. Pois para o PT é importante a derrota do governo em 1982, como também defender este elementar direito do povo trabalhador, mesmo que seja o de votar em eleições controladas e onde não estão em jogo as bases principais do poder.

Golpe 1 Distrital: a arte de inverter os números

As informações mais recentes do censo de 1980 indicam uma realidade cada vez mais incômoda aos projetos do governo de criar uma sustentação estável no país. A região Sul e Sudeste, francamente desfavorável ao governo nas últimas eleições, elevou a 58% o peso de sua participação no contingente populacional brasileiro. Por outro lado, cresceu em geral o peso populacional dos grandes aglomerados urbanos nos principais estados. Sabe-se que, em 1985, 51 milhões de brasileiros residirão nas nove principais cidades do país. A grande São Paulo concentra hoje mais de 50% do voto paulista e apenas a cidade do Rio de Janeiro é hoje responsável por 43% dos votos do estado.

Assim, deslocar o critério eleitoral da representação proporcional do eleitorado introduzindo elementos ilegítimos, alterando a qualidade da representação, tem sido princípio de várias medidas casuísticas introduzidas ou aventadas pelo governo.

O pacote de abril de 1977, por exemplo, ao estabelecer que cada estado poderia ter no máximo 55 representantes na Câmara, fez com que São Paulo deixasse de ter mais 23 representantes a que teria direito se fosse considerado de forma estrita o critério de proporcionalidade.

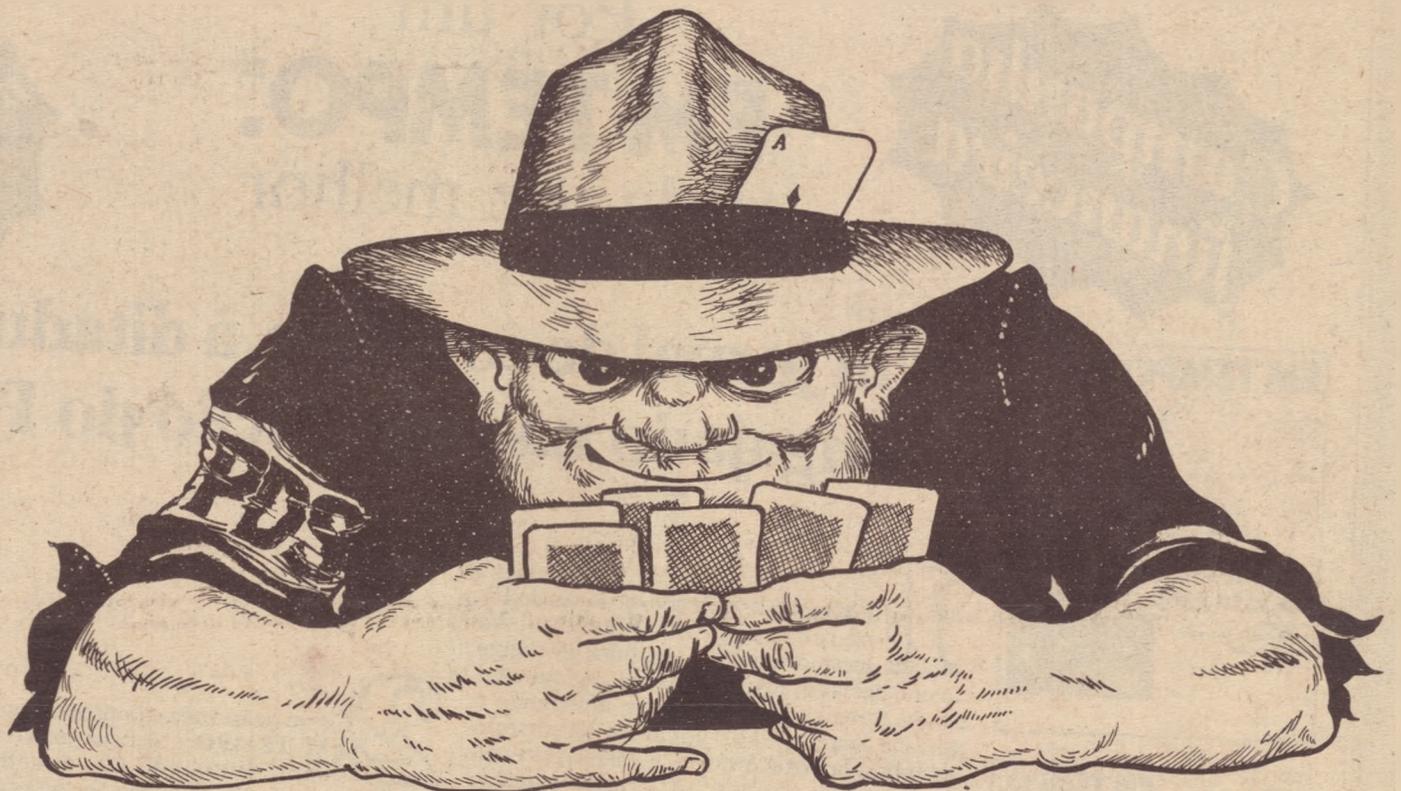
Na mesma direção, caminha outra alteração atualmente pensada — a transformação do território do Amapá em estado. O Amapá, reduto do governo, passaria a ter seis deputados ao invés de dois, reduzindo a bancada de outros estados já que o número total de 420 deputados seria mantido.

Medida mais radical ainda é a que está sendo proposta pelo deputado do PDS, Anísio de Souza. Entre outros casuismos, ele propõe que para ser eleito governador, o candidato teria que não apenas ser majoritário no total de votos do estado, mas ser vencedor na maioria dos municípios do estado. Isto é, o decisivo passam a ser os pequenos municípios, onde o PDS mantém os seus curras eleitorais.

Porém, a medida que está gerando mais polêmicas, e que já foi defendida por Golbery pelo presidente do PDS, José Sarney, é a adoção do voto distrital ao invés do critério atual de proporcionalidade. Para se ter uma idéia das mágicas conseguidas pela adoção desse tipo de sistema, basta ver o exemplo da França. Nas eleições anteriores a 1958, o Partido Comunista Francês obteve 25,6% dos votos, ocupando 150 cadeiras na Assembleia Nacional. Em 1958, com a introdução do sistema distrital, a representação parlamentar desse partido caiu, para 10 cadeiras, embora sua votação tenha permanecido estável.

O segredo da "mágica" é simples. O sistema do distrital deforma a representação do eleitorado, introduzindo o critério geográfico, de representação de regiões, fazendo com que áreas de intensa densidade populacional tenham o mesmo número de representantes parlamentares do que áreas de população rarefeita. Na prática, por exemplo, são desvalorizados os pesos dos votos das grandes concentrações urbanas, das grandes concentrações operárias.

No entanto, se o voto distrital pode atender aos interesses do governo, ele estremece também as bases eleitorais da maioria dos atuais deputados do PDS que teriam sua reeleição ameaçada. Foi neste sentido que 65 dos 71 deputados estaduais mineiros enviaram um documento a Figueiredo protestando contra a adoção do distrital. Mas, apesar disso, tudo indica que o mais provável é a aprovação do distrital misto, onde pequena parte da representação parlamentar se elegerá segundo modelo proporcional, ficando o grosso das Câmaras legislativas submetido às regras do modelo distrital.



Golpe 2 Voto vinculado: cabresto de baixo a cima

Mais uma medida casuística, que encontra boa receptividade na maioria dos atuais governadores, a do voto vinculado, isto é, o sistema em que o voto só é válido se o eleitor votar no mesmo partido para todos os cargos em disputa, de vereador a senador, de prefeito a governador. O PDS, por ter uma estrutura municipal mais organizada e abrangente, e sendo majoritário nas bases municipais, forçaria o eleitor a votar também em candidatos oficiais para os outros cargos. Assim, a política de favores eleitorais, sempre mais eficiente a nível de municípios, se estenderia aos demais cargos eletivos. O voto vinculado é considerado uma boa fórmula para derrotar a oposição em Minas, Pernambuco, Paraná e Santa Catarina, cujo eleitorado hoje se inclina para os candidatos oposicionistas, já que este casuismo impede na prática as coalizões eleitorais entre partidos, cada um tendo que lançar candidatos em todos os níveis no máximo de municípios possíveis.

Golpe 3 Presidente 84: Prefeitos do PDS garantirão

Transformar milhões de votos oposicionistas em força de apoio a sua política parece ser uma manobra que os alquimistas do Planalto podem lançar mão. Trata-se da aliança com o PP, da política de acercamento entre líderes deste partido e o governo.

A ponta de lança dessa aproximação é representada hoje pelo grupo chaguista. Não foi nem uma nem duas vezes que a bancada chaguista na Câmara dos Deputados abandonou o plenário em 1980, para o governo evitar votações incômodas configurando falta de quó-

rum. O Planalto selou com recompensas o bom comportamento da bancada chaguista, liberando uma verba de 60 milhões de dólares para as obras do metrô carioca, mesmo elas tendo uma série de irregularidades.

Outra ponta de aproximação se dá com a própria cúpula do PP, Tancredo Neves e Thales Ramalho à frente. Segundo é notícia nos bastidores, entendimentos no sentido de abrir parcelas de poder para a oposição "confiável" já estão ocorrendo, não sendo ainda reveladas para não macular o perfil oposicionista do PP e a sua função de pescar votos no manancial da insatisfação popular com o regime.

Golpe 4 Coligações proibidas: dividir sempre para vencer

A proibição de coligações para a disputa das prefeituras e dos governos estaduais é extremamente favorável ao PDS e diminui enormemente a chance dos partidos de oposição, principalmente do PMDB e do PP, de serem vitoriosos numa série de estados. A coligação do PP e do PMDB é a única alternativa possível para enfrentarem com chances as eleições para governadores na Bahia e em Sergipe. Mas, se consolidada esta aliança ela certamente levará também o PDS à derrota pelo menos na Paraíba, Minas, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Golpe 5 Cooptar a "oposição": PP é o primeiro

Mas, se no final das contas, chegar-se à conclusão de que as medidas casuísticas não são suficientes ou mesmo se a política do

país, seguindo as pegadas da situação econômica, elevar a sua temperatura, a proposta pode ser mais simples ainda: puxar o tapete das oposições que apostaram exclusivamente no jogo parlamentar, prorrogando os mandatos dos atuais parlamentares e governadores. Como aliás, o Governo fez no ano passado prorrogando os mandatos dos vereadores e prefeitos. Esta proposta é já aventada isoladamente por alguns parlamentares como o deputado Afriso Vieira, pedessista baiano.

Golpe 6 Sai Lei Falcão: entra o PDS

Uma medida aventada por representantes do governo diz respeito às prováveis alterações da Lei Falcão no que se refere à propaganda eleitoral nos meios de comunicação de massa. A proposta é de que os partidos tenham um tempo proporcional à sua atual bancada parlamentar nas transmissões. Nem é preciso dizer que o PDS seria o maior beneficiado, encurralando no ghetto eleitoral partidos como o PT que têm uma reduzidíssima bancada parlamentar.

Golpe 7 Puxar o tapete: a farsa acabou

Tem-se como certo que para acabar com o perigo de perder a maioria no colégio eleitoral que elegerá Figueiredo, o governo ampliará a sua composição, garantindo, por exemplo, a participação de prefeitos e vereadores dos quase quatro mil municípios brasileiros na escolha do novo presidente. O PDS, hoje, controla as prefeituras de cerca de 3.500 municípios e tem maioria ainda mais folgada nas Câmaras de Vereadores. Assim, mesmo havendo um crescimento nas representações municipais dos partidos de oposição em 82, o PDS ainda manterá sua hegemonia em todo o interior do país. Com esta simples alteração, o PDS garante folgadoamente o seu mando na sucessão presidencial.

Campanha financeira

Por um EM TEMPO: cada vez melhor

1.000 novos assinantes até março

Um jornal de combate à ditadura engajado na construção do PT



1 1980 foi o ano da consolidação do PT no cenário político brasileiro. Ao mesmo tempo, a ditadura, ao longo do ano passado, sugou até o osso, o sangue das classes trabalhadoras brasileiras, afundando o país na lama da corrupção, e na miséria generalizada para o povo. E mais agora, no quadro agudo da crise, o governo promete para 81 uma verdadeira política de terrorismo social, alardeando já o desemprego em massa.

Em meio a este quadro, com as oposições burguesas engabeladas pelas promessas eleitorais de 82, o PT é hoje a esperança para milhões de brasileiros na luta contra a ditadura e por melhores dias. E, cada vez mais, afirma-se também como a esperança concreta de organização política independente dos trabalhadores no rumo da construção de uma sociedade sem exploradores.

Nascemos nesta luta mais geral dos trabalhadores e, desde a primeira hora, jogamos na defesa do PT e apostamos no futuro do partido. Hoje, três anos depois de nosso surgimento, constatamos que a luta dos trabalhadores contra a ditadura correu por estes mesmos caminhos. E é por isso que o EM TEMPO vem procurando se aprimorar como um jornal cada vez mais de combate à ditadura militar e cada vez mais engajado na construção do PT. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, na denúncia intransigente e sem tréguas do regime de opressão e exploração que aí está, e no subsídio à discussão e solução dos problemas enfrentados pelos trabalhadores na construção do PT.

Mas sentimos que ainda podemos fazer muito mais. É a isso que nos propomos para 81. E para isso precisamos de você.

2 Como quase toda a imprensa popular, EM TEMPO é deficitário, vivendo sempre flutuando no vermelho, e recorrendo constantemente às rodadas de chapéu junto aos leitores e amigos. Apesar de operar com custos baixos, quase todos os trabalhadores do jornal sendo voluntários, ainda assim EM TEMPO é deficitário. O jornal não conta com publicidade, metade de sua receita em bancas fica com as distribuidoras, e temos nos recusado a transferir para o leitor este ônus, através do expediente de aumentos constantes e exagerados do preço. Temos buscado corrigi-lo, é verdade, mas sempre atrás da inflação, buscando assim, em termos reais, um jornal cada vez mais barato, o que é fundamental para sua ampliação de público junto aos setores populares. (É dentro desta política que agora o preço de capa passa para Cr% 40,00 e a assinatura para Cr% 800,00).

Em contrapartida, temos que compensar o déficit através de um aumento do número de assinantes e de uma expansão do sistema de venda direta.

A este quadro difícil somou-se no ano passado a ação terrorista sobre as bancas de jornais trazendo prejuízos ainda maiores à imprensa popular. Como resultado, a situação agravou-se no final do ano a ponto de jogarmos na mais grave crise financeira de nossa história, num quadro de verdadeiro estrangulamento financeiro.

Por tudo isso e pelos planos de fazer em 81 um EM TEMPO cada vez melhor, como exposto acima, é que agora lançamos esta campanha de assinaturas.



3 As assinaturas do EM TEMPO vêm crescendo passo a passo ao longo de sua trajetória numa média de cerca de 150 por mês. Hoje contamos com 2.500 assinantes. No entanto avaliamos que o potencial para a aceitação e crescimento de um jornal como o EM TEMPO é muito superior a esta situação. Hoje são milhares e milhares de pessoas que ingressam na luta contra a ditadura e a exploração, que militam no PT, configurando assim um público privilegiado ao qual o jornal se destina amplo e crescente. Tudo depende de um esforço para produzir um jornal cada vez mais útil e necessário, e um apoio concreto de todos os atuais assinantes, leitores, amigos e colaboradores na venda de novas assinaturas ou mesmo na obtenção de doações por parte daqueles que já sejam assinantes. Nossa meta é conseguir mil novos assinantes até março, dentro desta primeira etapa de nossa campanha para 81. Contamos com você.

À Editora Aparte S.A. Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP. CEP: 05414 - Fone: 852-8880. Estou enviando o cheque por uma assinatura anual Comum: Cr\$ 800,00 () Apoio: Cr\$ 2.000,00 () Exterior: US\$ 50,00 () Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Estado: CEP:

Faça uma assinatura e ganhe de brinde um cartaz do 'Che'

Receba o cartaz nas sucursais do EM TEMPO. Caso não haja sucursal na sua cidade aguarde-o pelo correio.





A reunião ampliada da direção O PT começa o ano com o pé direito

Uma das mais, senão a mais rica, das reuniões que a direção do partido já promoveu até hoje. Este o sentimento geral dos participantes — toda a Comissão Diretora Nacional Provisória e mais dois representantes por estado — da reunião nacional do PT realizada nos dias 10 e 11 últimos em Taboão da Serra/SP.

Da pauta constavam vários itens, centrados na organização do partido para enfrentar agora neste primeiro semestre o trabalho de filiação e realização das convenções municipais.

Um informe inicial das secretarias e grupos de trabalho mostrou que o partido tem avançado muito neste terreno. Mas que também ainda há muito para se fazer: os boletins saíram, mas ainda não estão tendo o retorno financeiro necessário à sua garantia (ainda assim grande parte dos presentes, Lula à frente, reconheceu e se empenhou na necessidade urgente do PT ter já um jornal nacional); as arrecadações de militantes estão precaríssimas e as dívidas crescem; a centralização do processo de legalização ainda é insatisfatória, mas a direção já conseguiu divulgar um manual completo de instruções. Pelo lado dos grupos de trabalho eles hoje já são vários em funcionamento, assessorando a política geral do PT: Energia, Educação, Saúde, Questão Agrária, Sindical, Economia, Ecologia, Habitação etc. E breve começarão a circular os primeiros textos para o debate destas questões.

Os resultados já são enormes, mas as tarefas pela frente maiores ainda; ou seja, desta parte da reunião fica o balanço de que o PT avança, mas ainda não conseguiu consolidar uma direção com todos os quadros, aparato e sistema de funcionamento que um partido requer para funcionar a contento.

Na questão das convenções as datas da nacional (6/9) e das regionais (16/8) foram mantidas, e a das municipais foi antecipada de uma semana, para o dia 21 de junho próximo, de forma a dar mais folga entre elas e as regionais para eventuais im-

Um pacote de resoluções acertadas e urgentes foi o fruto da última reunião da direção nacional do partido: secretarias, grupos de trabalho, filiações, convenções, nucleação, linha sindical, debate sobre a conjuntura política, eleições, relação com a esquerda etc. Durante dois dias os dirigentes do PT debateram e deliberaram sobre estes problemas. Aqui, um resumo da reunião.

E Lula não deixou por menos: tarefa do partido agora é a filiação através da nucleação; nada de coligações e de politicagem eleitoral distante e à revelia das bases; e mais, o PT precisa já de uma linha sindical própria para a sua intervenção.



Jesus Carlos

previstos e convocações extraordinárias. No entanto o fundamental deste ponto da reunião foram a posições insistentemente defendidas por Lula, e aprovadas ao final, de que as filiações têm que ter como eixo as nucleações. Disse Lula: o partido está forte em São Bernardo "porque lá temos 38 núcleos em funcionamento; este partido só vai corresponder às expectativas baseando-se nos núcleos, o que não é contraditório com as filiações serem massivas." A maioria combateu ainda a tentativa de se fazer filiações manipuladoras e eleitoreiras, enfatizando que elas devem se dar sempre com base na concordância com o programa e estatuto do partido. Por outro lado, ainda neste ponto, insistiu-se na urgência do PT lançar campanhas políticas como base fundamental para se garantir o caráter massivo das filiações e os números mínimos necessários pela lei. Como resolução ficou também das direções regionais encaminharem às municipais circulares realçando todas

estas questões sobre o processo de legalização e os núcleos.

Para as convenções, nacional e regionais, como forma de politizá-las, fazendo delas um momento de reativação da vida do partido, (sem as limitações formais de representatividade, tempo e pauta que a lei requer), ficou também a recomendação de encontros prévios para se discutir as campanhas atuais do partido, as eleições de 82 e as lutas regionais.

A questão sindical também entrou em pauta, manifestando-se aí opiniões contraditórias. De um lado, os que diziam que o PT não deve deliberar sobre uma linha sindical. Mas de outro, a maioria, novamente com Lula à frente, insistiu: "Enquanto não temos uma linha sindical, os grupos de esquerda têm, os patrões têm, o governo tem..., o que eu dizia há dois anos atrás, já não digo hoje... e neste sentido o meu livro contém algumas coisas que julgo ultrapassadas, em termos do que a

realidade me ensinou... se eu evolui ou regredi é a história que irá julgar", enfatizou o presidente do PT. E avançando na mesma linha colocou: "o PT não pode ficar por aí, se apresentando com seus militantes em várias chapas diferentes às eleições sindicais, como por exemplo ocorreu no caso da UNE e de outros sindicatos mesmo também". Como resultado ficou a deliberação do PT promover reuniões de seus dirigentes sindicais bem como reuniões mais amplas de todos os militantes sindicais do partido para a definição de uma linha de intervenção o mais rápido possível.

Por fim a discussão política da conjuntura. Deliberou-se que imediatamente o partido deve se lançar numa campanha contra o julgamento, com base na Lei de Segurança Nacional, dos dirigentes sindicais do ABC marcado já para meados de fevereiro. A viagem de Lula agora ao exterior foi vista e valorizada sob este prisma; atos regionais de protesto serão organizados num mesmo dia por todo o país etc. A lado disso a direção do partido aprovou também uma contundente resolução política sobre o problema do desemprego (ver pág. 11).

Na discussão das eleições não houve deliberação e as posições foram bem variadas, indo desde algumas intervenções preocupantes por seu eleitoralismo carregado, até posições como a de Lula que, mais uma vez, foi enfático: "não temos nada que namorar as coligações; elas só vão no sentido de tragar o PT, pois o intuito do PMDB numa aliança é o de nos esmagar. Temos que nos preparar para o combate eleitoral nos afirmando, e não desde já jogando-nos nas coligações. Se abandonarmos os problemas da base em nome de compromissos e preocupações eleitorais, estaremos fugindo à natureza do PT. Pois será mais fácil que os partidos de oposição se aliem ao governo do que a nós", concluiu.

No entanto, como não houve deliberações, ficou de se divulgar a ata resumida dos debates sobre este ponto.

De resto a reunião ouviu ainda uma exposição Apolônio de Carvalho, membro da direção sobre o problema das relações entre o PT e as demais correntes de esquerda. Apolônio havia sido encarregado pela direção de elaborar um texto sobre este tema que já começa a circular (ver pág. 7).

Por fim, e em resumo, uma reunião rica de resoluções e contribuições ao debate sobre os problemas candentes do partido. Que outras como esta se repitam.

Minas: eleitoralismo não passou

Realizou-se em Belo Horizonte, no último dia 11, com a presença de representantes de 42 cidades do estado, um acalorado debate sobre a tática e os métodos eleitorais do PT, de vivo interesse para o futuro do partido. No centro do debate, duas propostas, uma elaborada por Apolo Heringer e João Batista dos Mares Guia (vice-presidente da Comissão Municipal de BH) e, outra, por Virgílio Guimarães, da Secretaria de Educação Política regional e que serviu de base a uma resolução recente da Comissão Executiva (ver EM TEMPO nº 120).

Os aspectos principais da primeira proposta poderiam ser resumidos em três pontos.

Em primeiro lugar, a visão de que a "disputa eleitoral é uma grande luta, é um vasto campo de luta e de organização de massas. Todo o povo se interessa, todos os bairros, a cidade e os distritos rurais. Para o PT será um duro desafio porque pela primeira vez vai ser feita uma luta aberta contra a tradição política em cada local. Que tradição? A politicagem. E essa é a

mais importante luta política e de massas do PT até novembro de 82. "Informalmente, também argumentavam, que as características recessivas da conjuntura tornariam difíceis senão fracassados os esforços de mobilização dos trabalhadores em resposta a seus problemas cotidianos.

Por causa disso, defendiam que a partir de agora toda a atividade do partido, incluindo a formação dos diretórios municipais, fosse centrada no lançamento de candidaturas provisórias para todos os cargos em disputa em 82 (com exceção do de governador e senador), as quais se configurariam no melhor estímulo ao crescimento do partido.

Por último, propunham que as candidaturas fossem articuladas individualmente, não se socializando no partido a questão básica da sua sustentação financeira. E se reconhecia explicitamente a marginalização do acesso de operários e camponeses aos cargos eletivos principais devido à imposição de uma realidade sobre a qual o partido não teria condições de atuar.

Com base em tudo isso, os dois militan-

tes defendiam a mudança de uma decisão da Comissão Executiva estadual que priorizava a formação dos diretórios (uma tarefa difícil em Minas que tem mais de 700 municípios) e desestimulava o lançamento de candidaturas isoladas, enquanto o partido e suas bases não houvessem se preparado para isso.

O debate teve o mérito de explicitar os riscos do eleitoralismo a que estará sujeito o PT neste próximo período. E que, felizmente, não encontraram apoio na esmagadora maioria dos presentes a este primeiro plenário em que a questão foi discutida, levando inclusive os autores da primeira proposta a uma certa reconsideração.

Seria certamente fatal para o PT construir toda a sua política a partir do pressuposto de que as eleições de 82 são o fato político principal de sua estratégia para o período. O que os trabalhadores esperam do PT é que ele se transforme em seu instrumento de organização na luta contra o regime, seu instrumento político de defesa contra o aumento de exploração que a conjuntura recessiva promete. É a este

papel que a participação eleitoral do PT deve se subordinar e não ao contrário, na dinâmica da disputa eleitoral.

Mais desastroso ainda seria incentivar o lançamento de candidaturas agora quando o partido não unificou a nível nacional uma tática de intervenção eleitoral, quando não houve discussões com as bases e com todo o esforço que se tem de fazer para vencer a difícil tarefa da criação dos diretórios. Seria enterrar a unidade do partido e sujeitá-lo ao peso de algumas figuras carismáticas ou caudilhescas. Sem falar no risco que isto traz de acomodar o lançamento de candidaturas à diferenciação de oportunidades entre operários e intelectuais, criando a possibilidade do partido vir a ter uma bancada parlamentar completamente diferente de sua base social.

Ao final, além de manter a decisão da Executiva regional de desestimular o lançamento de candidaturas a partir de agora, e condicioná-las a uma discussão mais aprofundada nas bases do partido, ficou presente também a idéia de que o PT deve formar um fundo financeiro comum para todas as candidaturas.

DEBATE - Constituinte: O PT deve assumir esta bandeira?

Direção lança documento contra

No seu Encontro Nacional de junho do ano passado, o PT se definiu por pequena maioria, pela não inclusão da bandeira da Constituinte no seu programa. A partir de então, em sucessivas ocasiões, a direção do partido vem se reafirmando contrária à luta hoje por uma Constituinte. Mais recentemente, por época do 15 de novembro, a Secretaria de Organização do partido soltou uma circular com esta posição onde, contudo, chamava a atenção para a necessidade de um debate interno em torno do problema. Dando seguimento a esta discussão, um documento de 15 laudas, foi elaborado pela Comissão Executiva Nacional intitulado "Os trabalhadores, o PT e a Constituinte" com o subtítulo "Documento inicial para a discussão interna".

Com vistas a subsidiar esta discussão, EM TEMPO publica aqui, em primeira mão, as partes mais importantes do texto e promete a seus leitores um debate nas próximas edições, seja aprofundando seja polemizando com o documento da direção.

À luz das posições editoriais do jornal o texto é altamente insuficiente para dotar o partido de uma clara tática na luta contra a ditadura, além de equivocado pela posição — a nosso ver de fundo economicista — que sustenta contra a Constituinte. Mas isso será objeto do debate nas próximas edições. O que aqui agora é importante é que a direção do partido se manifesta formalmente, por escrito, numa resolução política para a discussão, e deflagra o debate.

1. O Partido dos Trabalhadores não é contrário à existência de uma **Constituição**. As sociedades modernas precisam ser regulamentadas por um contrato social que nasce do consenso entre seus membros e que estabeleça as grandes regras econômicas, políticas, sociais, jurídicas, culturais, institucionais, etc...

2. Quanto mais amplo, geral, livre e democrático for o organismo encarregado de elaborar uma Constituição, mais ela sairá adequada aos interesses da sociedade. Nesse sentido, o PT considera ideal que uma Constituição seja elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte.

3. Pode haver vários tipos de Assembleia Nacional Constituinte.
— Congresso (Senado e Câmara dos Deputados) ao qual, num determinado momento, é dada a tarefa de elaborar uma nova Constituição.

— Um Congresso constituído por parlamentares eleitos especialmente com o objetivo de elaborar uma nova Constituição.

— Um Congresso especial, composto não apenas de deputados federais e senadores, mas também de representantes eleitos por outros organismos, além dos Partidos Políticos.

5. A definição de quem vai ser convocado para a Constituinte depende muito da definição de quem convoca a Constituinte. Geralmente, quem convoca a Constituinte é o Governo. Isto é, a Constituinte pode ser convocada por um dos três Poderes do Governo — Executivo, Legislativo ou Judiciário. O Judiciário provavelmente não convocará se o Executivo não estiver de acordo, a não ser que dê um golpe no Executivo. O legislativo a mesma coisa. O Executivo, por sua vez, não convocará a Constituinte se não quiser, a menos que seja obrigado a isso por um golpe de força (...).

Quem convoca a Assembleia Nacional Constituinte não é uma mera questão de forma

Pode-se argumentar de outra maneira: já que o atual Governo provavelmente não convocará uma Constituinte ampla, da forma que seria desejável, é necessário mudar o Governo. Mas, então, o problema já não é mais como convocar uma Constituinte, mas sim como mudar o Governo. Há quatro formas principais de mudar um Governo: pela via eleitoral, que é paulatina, lenta, demorada e não segura; pela revolução: pelo golpe de Estado; pela pressão da opinião pública. Não há condições para uma revolução no momento, no Brasil, e a opinião pública ainda não parece ter tanta força. Há possibilidade de golpe de Estado; mas um golpe de Estado no Brasil neste momento só pode ser dado ou pela direita ou pelo centro, (...)

Portanto, a questão de se saber quem convoca a Constituinte não é uma mera questão de forma, nem uma falsa questão, nem um pormenor jurídico, nem algo que se possa ver depois, durante o processo. Ao contrário de tudo isso, essa é a questão política central na questão da Constituinte. (...)

6. Pode-se argumentar, porém, que apesar de tudo, será mais ou menos viável convocar uma Constituinte mais ou menos desejável. Mas, nesse caso antes devem ser respondidas numerosas outras questões.



6.1 — **participação popular** — os trabalhadores e o povo não podem participar da Constituinte através de seus representantes livre e legitimamente eleitos, e dificilmente podem participar de outras formas; ainda não tem liberdade real para divulgar suas idéias, teses e propostas capazes de formar o conteúdo da nova Constituição; não tem acesso aos grandes meios de comunicação (televisão, rádio, grande imprensa) para debater essas teses; não tem inteira liberdade de realizar reuniões, assembleias, comícios, atos públicos, concentrações, passeatas, etc. (...)

6.2 — **Independência e soberania** — Se o governo continuasse excluído e tivesse poder de veto, não teriam nenhum valor as teses aprovadas pela Constituinte. Qualquer poder extra-Constituinte (por exemplo, o Executivo, o Judiciário, uma Junta especial, as Forças Armadas, etc.) poderia, a qualquer momento, dissolver a Constituinte, mudar sua composição, prender, cassar ou impedir parte ou a totalidade dos representantes. (...)

6.3 — **Aplicação da Constituição aprovada** — mesmo supondo que uma Assembleia Nacional Constituinte pudesse chegar livremente ao final de seus trabalhos e elaborar uma nova Constituição, não haveria garantia de que ela fosse aplicada corretamente. Terminada a nova Constituição, e auto dissolvida a Constituinte, quem iria aplicar a nova Constituição? (...)

Portanto, não basta elaborar uma nova Constituição: é preciso garantir a sua aplica-

ção. (...) A não ser que, além de elaborar uma nova Constituição, a Assembleia Nacional Constituinte também mude o Governo, derrubando o existente e convocando eleições para um novo Governo. Mas, então, novamente o problema é outro, é o de mudar o Governo, como foi visto antes. (...)

7. Muitos dos que defendem a Constituinte dizem [que esses fatores podem mudar durante o processo de convocação da Constituinte. Essa é uma importante questão política, que aparece na forma de um dilema entre duas afirmações opostas: 1ª afirmação: "é preciso primeiro organizar o povo para depois convocar uma Constituinte e não convocar primeiro uma Constituinte para organizar o povo depois"; 2ª afirmação: "o povo organiza-se é no processo de convocação de uma Constituinte". Assim como estão, as duas afirmações são incompletas e incorretas. Sabemos que, o método não é desligado do resultado, nem a forma do documento. Da mesma maneira os processos políticos não seguem passos, momentos e etapas rígidas e isoladas entre si. Nem sempre há uma distinção clara entre antes e depois, entre primeiro e segundo passo.

A melhor forma de organizar o povo não é através de uma ANC

Portanto, de certa forma é verdade que é num processo de luta que o povo vai se organizando para essa luta, e cada vez mais aperfeiçoando a sua organização.

Mas essa afirmação é tão genérica, que vale para qualquer luta, e, portanto, não justifica, só por si, a necessidade de uma Assembleia Nacional Constituinte. Além disso o povo não se organiza de forma espontânea e improvisada. E também não basta a vontade de organizar-se (condições subjetivas) se não houver possibilidade real e concreta de organização (condições objetivas). É muito duvidoso que a motivação de uma Assembleia Nacional Constituinte seja a mais adequada ou eficaz para organizar o povo. Assim, se o que se quer é organizar os trabalhadores e não necessariamente a Constituinte, deve-se procurar outras maneiras de luta.

8. Para isso, é preciso partir do ponto de vista dos interesses concretos das classes trabalhadoras. Os trabalhadores brasileiros estão numa das fases de mais intensa exploração econômica de sua história.

Disso resulta, claramente, uma contradição entre o nível de consciência política de alguns setores das classes trabalhadoras e o nível de consciência política do conjunto das classes trabalhadoras; ou, em outras palavras, uma contradição entre algumas partes e o todo. Podem ser tiradas algumas conclusões:

a) — qualquer proposta que parta dos setores mais conscientes sem levar em conta o estado de nível de consciência do conjunto, provavelmente não receberá o apoio desse conjunto. (...) Todos adotam o princípio político de sermos contra a Ditadura; mas só podemos apresentar uma proposta política

para aplicar esse princípio quando e se isso foi consensual ou majoritário para o conjunto e quando e se isso for objetivamente possível. (...)

b) — a proposta política de uma Assembleia Nacional Constituinte agora no Brasil (e não o princípio em favor de uma Constituição e de uma Constituinte) com todos os obstáculos já apontados, não elimina a contradição entre os setores e o conjunto alienado dos trabalhadores; ao contrário, isola os setores conscientes e reforça a alienação do conjunto, impede ou dificulta a tomada de consciência política pelo conjunto dos trabalhadores; desloca o eixo central da questão política atual — que é a questão de alternativas de poder para os trabalhadores — para uma questão secundária — que é o rearranjo dos setores das classes dominantes nas suas relações entre si e com o Estado; e, finalmente, abre enormes possibilidades de institucionalização completa e cabal da Ditadura, com a sua permanência eterna no poder, embora sob formas aparentemente mais suaves.

9. O caminho mais adequado para superar as contradições entre alguns setores e o conjunto de trabalhadores, na direção de uma transformação global da sociedade, é o de remover os obstáculos que impedem a tomada de consciência pelo conjunto dos trabalhadores. É nesse caminho exatamente, que surge a proposta de criação do Partido dos Trabalhadores, o qual se propõe ser um instrumento de luta dos trabalhadores para a transformação da sociedade. Prosseguindo nesse caminho, o PT — que dele surge — deve continuar e intensificar a tarefa de remover aqueles obstáculos, plenamente consciente de que essa tarefa desemboca, necessariamente, na questão do poder político, das relações entre as classes sociais e da luta de classes, e na transformação da sociedade capitalista.

10. Finalmente, e em resumo, o PT:

I — não é contrário ao princípio da Constituinte nem ao princípio da Constituinte;

II — é contrário, neste momento, à proposta política de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte por absoluta falta de garantia de que essa convocação, essa assembleia e os resultados de seus trabalhos possam atender assim interesses da imensa maioria dos trabalhadores e dos setores populares;

III — no lugar da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, neste momento, o PT propõe que os trabalhadores se organizem nas lutas para:

1 — realizar eleições amplas, livres, gerais, secretas, diretas para todos os postos legislativos e executivos;

2 — obter liberdade de reunião, expressão e organização política-partidária, política sindical, associativa, popular;

3 — obter liberdade e autonomia sindical, e desatrelamento das entidades de representação profissional em relação ao Estado, e irrestrito exercício do direito de greve e a construção de uma Central Única de Trabalhadores;

4 — revogar a Lei de Segurança Nacional

5 — revogar a Lei de Imprensa, a lei de Greve e demais Leis restritas e repressivas;

6 — revogar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e elaborar um novo ordenamento das relações de trabalho com a participação ampla, irrestrita, ativa dos trabalhadores da cidade e campo.

7 — realizar reformas agrárias e reformas urbanas com a ampla e livre participação dos trabalhadores e dos setores populares;

8 — eliminar a privatização da saúde e da educação e a transformação dessas áreas em áreas prioritárias de socialização;

9 — democratizar o acesso à alimentação, habitação, transportes, recreação, esportes, cultura e lazer;

10 — democratizar a sociedade e a economia em todos os seus níveis.

O PT e as correntes políticas de esquerda

Um texto de Apolônio de Carvalho

Aprender e ensinar no interior do partido



É sabido que o relacionamento do PT com as correntes de esquerda no seu interior nunca foi isento de contradições e até mesmo, em alguns momentos, de conflitos. O problema das "duas camisetas" — designação caricatural e negativa da relação — sempre esteve presente desde o início. Isto se explica: em boa parte pelas incompreensões de setores da própria esquerda diante do PT e, em decorrência, suas práticas. Mas por outro lado, também a direção do partido, portadora de todas as suas virtudes bem como limitações, ainda não conseguiu elaborar uma visão correta do problema e daí retirar conseqüências práticas positivas para o PT e a luta dos trabalhadores em geral. Muitas vezes, inclusive, esta carência abriu espaço para declarações e posturas até mesmo reacionárias de alguns militantes, com o que tanto o PT como a esquerda só tiveram a perder.

Mas tudo indica que são coisas de um partido novo e, ainda em formação. Prova disso é agora a iniciativa de Apolônio de Carvalho, antigo combatente revolucionário, ex-dirigente comunista e hoje membro da direção nacional do PT. Ele acaba de produzir, com o aval da direção, um texto de 18 laudas para discussão sobre "O Partido dos Trabalhadores e as demais correntes políticas de esquerda". É a primeira contribuição oficial ao debate, cada vez mais urgente dentro das fileiras do partido e que, como tal, deve ser objeto de profunda reflexão e discussão entre todos os petistas. É com este objetivo que EM TEMPO — tendo pontos de concordância e de divergência com o documento, que esclareceremos nas próximas edições — divulga agora trechos do texto.

A análise das relações entre o PT e as demais correntes políticas exige, ainda que rapidamente, o estudo de alguns elementos iniciais. Mais particularmente, o contexto em que hoje se movem estas correntes, seus elementos principais de convergência, suas diferenças mais marcantes. E as condições que daí decorrem para uma prática política comum.

Antes de tudo, porque a esquerda, nos períodos mais recentes, passa por uma situação relativamente difícil: a crise de vanguarda do movimento operário e popular. Uma crise que tem caráter internacional e abrange o conjunto do movimento sindical e comunista, como

também o sistema de Estados que procuram abrir caminho à construção do socialismo. Ela apresenta, no Brasil, alguns fatores agravantes acumulados no período anterior. Tais como a influência ainda superficial das correntes de esquerda no movimento operário e entre os trabalhadores em geral; uma aproximação à realidade social e econômica do país ainda bastante precária; um domínio limitado da teoria. E, sobretudo, a indefinição, hoje ainda, de uma via própria, nacional, para um poder autônomo dos trabalhadores, a caminho de uma sociedade sem exploradores e sem explorados (...)

O PT surge, em boa medida, à margem desse contexto. Nasce de raízes próprias, no seio dos trabalhadores, e com particularidades inéditas e significativas. E, assim, um fenômeno inteiramente novo no conjunto da vida política e social do país. (...)

O PT apresenta, assim, sua imagem própria, original: partido de massa e de luta; partido amplamente democrático; partido centralizado, em bases amplamente democráticas e representativas. E, ao mesmo tempo, um partido que se constrói como uma organização ampla e legal, empenhado na consolidação e no alargamento contínuo, sob a pressão organizada e autônoma das massas trabalhadoras, do espaço político legal existente. (...)

São marcas diferenciais evidentes. Não constituem, no entanto, a fonte de embaraços e incompreensões maiores para o diálogo franco e a prática comum. (...)

As dificuldades de relacionamento mais comuns têm outra origem.

Ao centro delas, estão, fundamentalmente, as condições de nascimento e de construção que fazem do PT, nítida e irreversivelmente, um partido político de tipo novo — e não uma frente política de massas; um partido legal, intimamente ligado aos movimentos sociais e chamado a voltar-se, ampla e prioritariamente

te, para a prática política de massas; e, ainda, um partido profundamente democrático, mas apoiado nos critérios de centralização necessários à garantia de uma prática política homogênea e unificada. (...)

Daí decorrem três vias ou atitudes deformadas de relacionamento, no interior da estrutura partidária.

A primeira é a aceitação apenas formal do PT como partido político de massas, do que resulta a luta política e ideológica, em seu interior, para transformá-lo, a curto ou a médio prazo, numa frente política de massas: um acordo tático e, portanto, transitório e de alcance limitado, entre entidades diversas, em torno de objetivos conjunturais — e sob o direito reconhecido de tendência e de fração. (...)

A segunda é a aceitação do PT, já sob a visão de sua continuidade e de seu desenvolvimento. Não à base e ao impulso de suas características próprias, nem no sentido de uma frente de massas: e sim, a médio e a longo prazos, batendo-se por sua transformação como vanguarda marxista-leninista da classe operária. A condição básica para isso seria a união dos militantes comunistas, sob a perspectiva da conquista de seu papel hegemônico, no interior da organização. (...)

Três lições que a esquerda precisa aprender: O PT não é uma frente política de massas, não deve se transformar na vanguarda marxista-leninista da classe operária e não pode acobertar práticas fracionistas.

A terceira é a prática efetiva do direito de tendência, equiparado ao direito de fração. Não se julga o PT por sua orientação política ou por seus Estatutos, segundo a vontade coletiva do conjunto de seus militantes, expressa em suas convenções, mas segundo a idéia do que ele deve (ou deveria) ser, a juízo de cada corrente em questão. Exprime-se na propaganda pública de palavras de ordem contrárias à orientação partidária, (como a convocação imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte, ou o lema tríplice de partido sem padrões, governo dos trabalhadores, e a visão tática da eliminação da exploração capitalista) ou através da adesão coletiva da redação de tal jornal, sem ter em conta os Estatutos, ao lado da defesa de teses políticas que não correspondem às resoluções do PT.

Seria difícil, assim, deixar de reconhecer que certas correntes políticas não procuram exercer, no interior de nossa organização, o papel



avançado de elementos de inovação e desdobramento, no sentido das tarefas e características por que o PT se define. Como seria, de esperar à luz de sua condição de portadoras de tradições e experiências anteriores, de sua reavaliação crítica do caminho percorrido, de seus propósitos de vinculação à ciência social da classe operária e aos ensinamentos do movimento operário internacional. É, no entanto, o que mostra a análise das áreas fundamentais de funcionamento e de atividade onde são agudas as exigências de afirmação e presença política e de amadurecimento ideológico do PT. Em todas elas, essas correntes dão a impressão de acantonar-se numa postura de expectativa e mesmo, em alguns casos, de omissão. Não dão, por exemplo, a atenção necessária a exigências de aprimoramento de nossa estrutura de partido nascente e de seu funcionamento, ao mesmo tempo, amplo e democrático, homogêneo e unificado. Contentam-se, nesse sentido, com o sistema de organização de que dispõem em sua entidade original e não são, no contexto das características do PT, um componente criador como portador de iniciativas e inovações.

Não se interessam tampouco, de maneira particular, pela definição e pelo enriquecimento em bases novas de nossa política setorial: no plano dos sindicatos, dos trabalhadores do campo, dos estudantes, da intelectualidade e dos demais movimentos sociais. Em boa parte, porque já estão definidas estas orientações no interior de cada corrente, segundo sua visão particular. Em parte, porque se trataria, na melhor das hipóteses, de transferir ao PT, sob sua influência, a orientação própria já definida e em fase de aplicação.

O mesmo poderia dizer-se quanto à análise da conjuntura econômica e da conjuntura política em movimento. Já têm uma análise feita, quase sempre invulnerável aos efeitos novos da realidade viva e às suas sugestões.

Isso explica, em parte, porque contrariamente a todas as expectativas, não exercem uma atividade pioneira na aplicação de nossa orientação política no quadro concreto e em movimento de nossas resoluções. Daí, os exemplos de inércia de sua política e de seus métodos próprios. Alguns deles são típicos em certas regiões, no quadro da prática social, o predomínio do esforço de agitação. A dinâmica da prática política de massas é substituída assim pela dinâmica da agitação e propaganda. No plano mais restrito do funcionamento interno, o debate necessário da situação concreta e de suas exigências na busca de respostas políticas às questões impostas pela realidade — e mesmo a assimilação dos documentos de orientação geral, como o Programa e os Estatutos — cedem lugar freqüentemente,

à abordagem e à discussão de questões teóricas e ideológicas, sem reflexo direto e sensível na prática social. No quadro geral da prática política, a subestimação das exigências de legalização do partido e de sua afirmação institucional.

No entanto, as correntes políticas de esquerda têm um papel muito alto a desempenhar. Num duplo aspecto, no sentido do aprimoramento e da concretização efetiva das características próprias e originais do PT — e, portanto, de seu caráter inovador no quadro amplo do movimento operário e popular. E, reciprocamente, no contexto particular de seu campo de reflexão, no interior de cada entidade, no aprofundamento de sua reavaliação crítica do caminho percorrido, na aproximação aos trabalhadores, aos movimentos sociais e à realidade em desenvolvimento.

Elas são, inclusive, um dos três componentes hoje indispensáveis à afirmação e ao crescimento do PT.

Em primeiro lugar, a perspectiva de novos ciclos de lutas, com novos avanços dos trabalhadores. (...)

Em segundo lugar, a profunda fidelidade à classe operária e aos trabalhadores em geral, de suas lideranças caídas nas lutas, de suas disponibilidades para a assimilação de novos ensinamentos e da nova experiência política em curso. (...)

No entanto as esquerdas são hoje um dos três componentes indispensáveis à afirmação e ao crescimento do PT. Neste sentido elas têm um papel muito alto a desempenhar.

Em terceiro lugar, as correntes práticas de esquerda. Elas estão chamadas a desempenhar um papel significativo nos desdobramentos e avanços do PT. Essa contribuição dependerá, entretanto, antes e acima de tudo, de sua capacidade de assimilação da imagem original do PT como partido político de massas e, simultaneamente, como expressão política fiel dos trabalhadores e reflexo direto da nova qualidade do movimento operário e popular. (...)

As correntes de esquerda têm, pois, no PT, uma dupla função de ensinamento, sob a visão de uma ciência social e de aprendizagem, face às novas realidades.

Há todas as condições para que as dificuldades de relacionamento sejam apenas transitórias. Elas se explicam pelo próprio processo das lutas de massas, que fez emergir o PT na cena política. E, simultaneamente, pelo contexto em que, nos últimos tempos, se desenvolvem as forças e correntes de esquerda.

O primeiro passo para sua superação é o debate franco e aberto no interior de nossas fileiras. Sobre a nova realidade das lutas de classes. Sobre o papel positivo e alto das correntes políticas que se reclamam do movimento operário e popular. Sobre o elemento original e a qualidade nova que o PT traz consigo, sobre sua significação. E sobre sua viabilidade hoje difícil de contestar.

E, em conseqüência, sobre suas relações com as correntes de esquerda, dentro e fora da organização, no quadro das tarefas políticas que os trabalhadores estão chamados a enfrentar.

O segundo passo é a visão ampla da esfera de ação comum — e das exigências, não apenas de avanços firmes no relacionamento interno, mas também no quadro mais amplo das forças populares e do movimento democrático em geral. (...)

A definição precisa das respostas políticas aos problemas concretos colocados na ordem do dia — e dos eixos prioritários do relacionamento sob suas formas diferenciadas, impõe-se, pois, como um elemento à mais na busca e na abertura de caminhos para um relacionamento justo e construtivo em nossas fileiras.

Lula e Walesa O Encontro de Gdansk e São Bernardo

Dois intérpretes: português-italiano e italiano-polonês. No entanto os dois homens falam a mesma língua.

Lula e Lech Walesa estendem seu abraço de Gdansk a São Bernardo e afirmam a solidariedade entre os trabalhadores de todo o mundo.

Ao companheiro Walesa, com o abraço do companheiro Lula." Uma dedicatória simples, no livro **Lula, entrevistas e discursos**, trocado por um distintivo do "Solidarnosc", no encontro que os dois líderes trabalhadores tiveram no domingo, dia 18, na Itália. Lula e Walesa, companheiros.

A viagem de Lula ao exterior - Estocolmo, Roma, Bomm, Paris, Genebra, Bruxelas, Amsterdam, Londres e Nova York — e em especial o seu encontro com Lech Walesa, é um passo importantíssimo na concretização do princípio de solidariedade internacional que o PT definiu no seu 1º Encontro Nacional. Lula viaja buscando articular um movimento internacional de repúdio ao julgamento dos sindicalistas enquadrados na Lei de Segurança Nacional na época da intervenção no Sindicato de São Bernardo. A viagem em si já é um reconhecimento de que a repressão à luta e à organização dos trabalhadores, não é um problema brasileiro e de que interessa a todos os trabalhadores do mundo intervir nas manifestações particulares dessa repressão em cada país. "Esse é um processo político", explica Jacó Bittar. "E por ser político, temos certeza que a pressão internacional poderá influenciar no posicionamento do governo brasileiro."

O encontro e o papo entre Lula e Walesa foram ainda mais expressivos. Lula foi o único sindicalista estrangeiro com quem Lech Walesa se encontrou, fora os dirigentes sindicais italianos que o convidaram. Walesa já abriu a conversa dizendo que "a luta da classe operária polonesa é a mesma em todo o lugar do mundo." Lula surpreendeu o sindicalista polonês ao lhe contar a paralisação de 300 mil metalúrgicos em 79 ("Tantos assim?"). E afirmou: "Como na Polônia, a estrutura sindical brasileira é totalmente dependente do estado, mas no Brasil o movimento sindical enfrenta ao mesmo tempo os patrões e o governo."

O diálogo: política, sim ou não?

Walesa: "A luta do Solidarnosc é um favor do homem oprimido e em defesa da dignidade do homem. Não pretendemos fazer política."

Lula: "Ai então, entra um ponto de divergência entre nós. O que você precisa entender é que temos esta estrutura sindical há 42 anos. No Brasil já tivemos ditaduras, períodos mais democráticos, outras ditaduras e a estrutura sindical continua a mesma, dependente do estado. Por isso, para nós, é importante a organização política dos trabalhadores e daí a nossa proposta de organizar o PT, reunindo operários, trabalhadores em geral, intelectuais, estudantes. Portanto, a nossa é uma luta política."



tuais, estudantes. Portanto, a nossa é uma luta política."

Walesa: "Reconheço a legitimidade da forma de luta desenvolvida no Brasil, mas vocês precisam tomar cuidado com o perigo da dependência dos sindicatos ao partido político."

Lula: "O PT já em seu documento fundamental propõe a autonomia dos sindicatos em relação ao estado e a independência em relação aos partidos. Somos contra transformar os sindicatos em comitês dos partidos e somos a favor de que os

sindicatos, enquanto organizações autônomas dos trabalhadores, influenciem os partidos. Eu estou me reunindo com você não como presidente de um partido político, mas como um dirigente sindical cassado."

Walesa: "Bom, bom."

Seguiu-se um longo abraço, selando a abertura de "relações diplomáticas" entre Gdansk e São Bernardo: "A melhor forma de solidariedade dos trabalhadores poloneses aos brasileiros é a continuação da luta de vocês", concluiu Lula (com base na **Folha de São Paulo**, 20/1/80)



Lula e Walesa: o calor do reconhecimento da classe

Estudantes

Segunda reunião da nova diretoria da UNE Espanto geral

Por Américo Antunes (*)

Aforça das necessidades, dos fatos, da realidade viva mais uma vez demonstra a sua capacidade de influir, de determinar o curso dos acontecimentos. Tal é a conclusão a que se chega quando avaliamos os resultados da reunião da diretoria da UNE realizada no último fim de semana em São Paulo. Nesta reunião, após exaustivos debates, aprovou-se uma plataforma de reivindicações educacionais, que deverão ser enviadas ao MEC em março, após deliberação no próximo Conselho Nacional de Entidades Gerais. (ver ao lado). Em complemento, aprovou-se também por 14 votos a 1 (o secretário geral, Lula, foi contra) que caso o Ministério apresente uma resposta negativa a tais reivindicações, a UNE vai propôr aos estudantes brasileiros recorrer ainda em abriso ao seu mais incisivo instrumento de pressão, a greve geral unificada no conjunto das universidades federais e particulares brasileiras.

A proposta hoje apresentada pela diretoria da UNE é uma enorme surpresa para a esmagadora maioria dos estudantes que participaram do 32º Congresso da entidade. Pois o fato é que todos os componentes da atual diretoria apresentaram-se unificados no Congresso como aqueles que mais atacaram esta proposta, na ocasião defendida por aqueles que viriam a constituir a chapa NOSSO TEMPO, chegando ao extremo de caracterizá-la como "luñática", "greve até a morte", etc.

A reviravolta promovida pela diretoria da UNE é, portanto, uma imensa surpresa. Traz, entretanto, fatores positivos para a luta dos estudantes, apesar de todo o zigzag. Significa uma pressão das necessidades do movimento sobre a direção da entidade. Comprova que, depois das experiências de 1980, um longo ano de

enfrentamentos isolados e espalhados pelos quatro cantos das universidades brasileiras, com poucas vitórias, é impossível continuar negando o que os fatos já demonstraram. Sómente a globalização do movimento, através de ações unificadas abre alguma chance de vitória contra a crise da universidade brasileira. Neste prisma, a necessidade de uma ação unificada é um produto das necessidades objetivas do movimento e não a consequência mística de que "1981 é o ano D, só comparável ao da invenção da imprensa por Gutenberg", como querem alguns diretores da UNE.

Do passo à frente na aprovação da proposta de greve geral, a diretoria da UNE extrai por sua própria conta passos atrás, quando não define o boicote às mensalidades como forma complementar à greve geral nas escolas particulares. Deixa a critério das assembleias em cada escola a definição da sua própria forma de luta, a definição do que fazer com o pagamento das anuidades durante a greve.

As reivindicações aprovadas na reunião da diretoria da UNE para serem enviadas ao MEC, apresentam um grande problema. Define-se a bandeira de "Nada além de 39,4% como o índice pelo qual os estudantes devem lutar em 81. A base da proposta é o fato de que este é o índice do MEC, referência para os estudantes. Entretanto, contraditoriamente, uma das argumentações consensuais para a aprovação da proposta de greve geral foi "o profundo isolamento do MEC", seu desgaste junto à comunidade universitária.

Assim, a "Chapa do Congresso", como se proclamou **Viração**, acaba por admitir as limitações das resoluções do 32º Congresso, reformulando suas próprias posições a sua maneira, sem a discussão entre os estudantes. Além destes zigzags da

diretoria, ainda que desta vez tenha sido um giro positivo, colocam-se para os estudantes duas outras questões fundamentais que devem ser resolvidas para garantir o sucesso do movimento.

Primeiro, é necessário conseguir a máxima democracia nas decisões e uma forte organização pela base. Sem isso, dificilmente teremos a confiança dos estudantes na sua própria organização para a luta. Segundo, a deflagração de uma greve geral exige uma avaliação precisa de suas possibilidades de vitória. Hoje, num momento em que o estado aplica medidas recessivas, diminui seus gastos com os setores de serviço à população, é preciso estar consciente tanto de que o enfrentamento pode ser longo, como da necessidade de ampliar socialmente o movimento contra a política econômica anti-social, patronal, implantada pela gang do planalto.

(*) Presidente da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais.

Nove pontos para o MEC atender

- Suplementação de verbas para as escolas federais.
- 39,4% de aumentos em 1981.
- subsídios para as escolas sem fins lucrativos, com controle da sua aplicação e abertura de livros caixa.
- anistia ao crédito educativo, sua transformação em bolsas não reembolsáveis com reajuste ao salário mínimo regional.
- eleições diretas para diretores, reitores e demais cargos de direção.
- representação estudantil de 1/3 nos órgãos colegiados.
- fim de taxas e sobre-taxas ilegais.
- 12% do orçamento da União para educação.
- Reconhecimento da UNE e das UEEs.

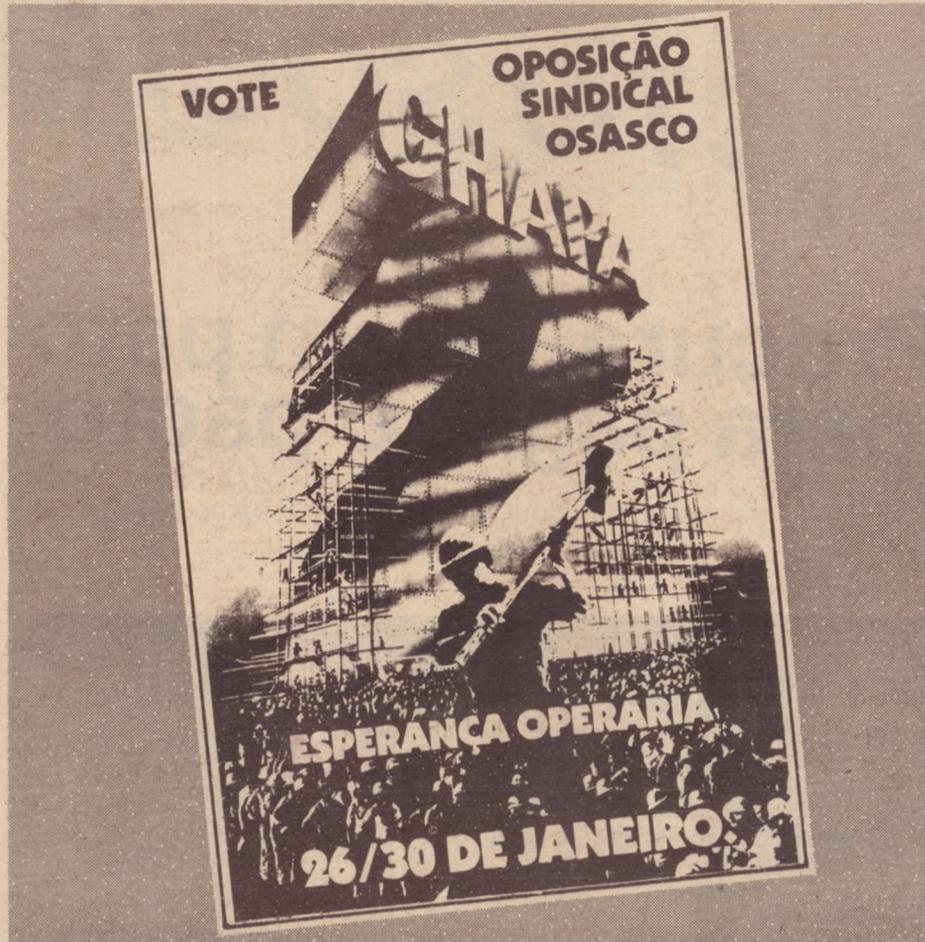
Sindical

Osasco: O voto metalúrgico

O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco representa cerca de 45 mil trabalhadores. Destes, 16 mil são associados, tendo 13 mil direito a voto nas próximas eleições de 26 a 30 de janeiro. A concentração é clara, levando em conta que 26 fábricas reúnem 10.500 sócios, e 52 fábricas somam 80% dos sindicalizados.

É esse sindicato, que conta, além do mais, com uma tradição de luta incomum, que se prepara para eleições. Num quadro de avanço relativo do peleguismo — vitória governista no Rio de Janeiro, fortalecimento do Joazeiro em S. Paulo (agravada pela divisão dos adeptos do jornal *Tribuna da Luta Operária*, anteriormente na oposição), autênticos fora de muitos sindicatos, clima de descontentamento momentâneo no movimento de massas, fantasma do desemprego — as eleições em Osasco adquirem um significado maior.

As condições para uma vitória oposicionista são reais, apesar da frieza da cate-



goria. Um peleguismo recente, de pouca tradição, enfrenta uma oposição que, apesar de suas dificuldades e fragilidades, tem uma certa antiguidade e conta, ainda, com um racha na diretoria atual. (Henos Amorina, atual presidente, dissidente do resto da diretoria, apoia a oposição, chapa 2).

A chapa 1, contando com 12 dos atuais diretores do Sindicato, tem a seu favor os anos de administração da máquina sindi-

cal, que promoveu largamente seus elementos. Com isso, e num clima de ainda baixo nível de consciência, conta com a identificação entre a entidade e sua diretoria. Desse modo, teria demonstrado para a categoria condições de dirigir administrativamente o Sindicato, embora sejam frequentes os acordos entre a diretoria e os patrões sem a participação operária e muitas vezes à revelia de seus interesses. A Chapa 1 não conta com o apoio claro dos

grandes patrões locais. Mas conta com a evidente simpatia de muitos pequenos empresários. Sua campanha é feita a partir do material do próprio Sindicato, ou seja, a partir da identificação entre as realizações da entidade e a atuação da diretoria. Nesse sentido, são importantes as cartas dirigidas aos associados sobre as atividades do Sindicato, colônia de férias, etc. Em suma, uma campanha que aposta no continuismo e no clima de desmobilização.

A Chapa 2, oposição sindical, envolve todas as correntes classistas do movimento sindical osasquense. Enfraquecida a penetração de seus elementos mais experientes — dificilmente arrumam emprego nas grandes empresas — teve que empenhar-se numa extensa propaganda da chapa. Enfrentando ainda dificuldades na coordenação da campanha e no trabalho da própria chapa, conta, como trunfo, com o apoio de quase todos os sindicalistas autênticos. Aliás, o próprio Lula esteve, dia 13/1, em Osasco, para levar seu apoio à Chapa 2.

Uma pesquisa de opinião feita na porta das fábricas revelou grande equilíbrio e muita indefinição. Além do mais, entre o final de 1980/inícios de 81, boa parte dos operários não foi atingida pela propaganda eleitoral, em vista das férias coletivas e dos feriados compensados.

A campanha se desenvolve de maneira razoavelmente limpa, comparada com a do Rio de Janeiro, por exemplo. Agora porém, depois da tentativa de golpe de Alemão-HP, os sindicalistas do ABC deverão vir à porta das fábricas, nestes últimos dias, para apoiar a chapa oposicionista. Além do mais, o presidente atual da entidade, Henos Amorina, divulga esta semana uma carta de sua autoria, explicando seu apoio à oposição.

De qualquer modo, já são muitos os que acreditam na possibilidade de um segundo escrutínio.

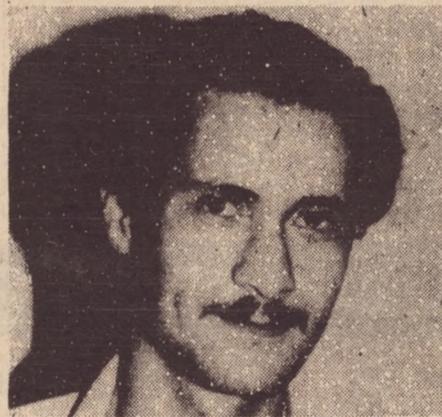
HP: O fiasco de mais uma manobra

Por Régis Moraes

N uma autêntica reprise de suas últimas atuações em eleições sindicais, os intrépidos brigadistas do HP volta à carga, agora em Osasco. Depois dos bons serviços prestados ao PDS e ao peleguismo carioca, Alemãozinho 200%, o Enilson do ABC, tenta mais um estelionato político. Procurando um candidato da chapa da oposição sindical, lhe propõe, uma semana antes das eleições, que renuncie publicamente, divulgando uma carta em que acuse seus companheiros. Era certamente a "bomba" com a qual pretendiam ajudar o governo e os pelegos a manter seu domínio sobre o Sindicato metalúrgico de Osasco. Aqui, uma entrevista em que o operário Djalma, da Cobrasma e Zé Pedro, presidente da chapa da oposição, contam como se deu o caso e o que eles pensam disso. Ainda um esclarecimento: estimulados pelo fato de Djalma ter lido e gostado de algumas coisas que lera no HP, por criticar a exploração, os brigadistas inicialmente esconderam sua posição diante das eleições e depois tentaram convencê-lo a pular fora.

— O que você achou da jogada, Djalma?

— Djalma: Partindo de que nós trabalhadores devemos juntar nossas forças contra a ditadura e contra o processo econômico que nos marginaliza, acredito que essa proposta do Alemão e do HP — querendo que eu fizesse isso que eles chamam de autocrítica da minha decisão — acho que eles simplesmente estão fazendo o jogo do governo, de confundir e



Djalma: "o feitiço voltou-se contra os feiticeiros".

dividir o trabalhador. Eles não estão sendo sinceros com a classe trabalhadora de Osasco e do país.

— Você acha que isso já fazia parte dum plano, de uma política determinada?

— Djalma: Acho que eles agiram por puro oportunismo, sem qualquer ideologia ou princípio, sem compromisso com a classe trabalhadora. Eles não se preocuparam com a unidade ou com a chapa melhor. Eles estão preocupados é com os interesses políticos de seu próprio grupo. Acredito que a chapa 1 lhes deve ter oferecido vantagens políticas dentro do Sindicato.

— E quem sai perdendo com essa política?

— Djalma: O pessoal do HP sempre pretendeu mostrar uma atitude contra a ditadura e contra a exploração. Mas eles não levam em consideração minha consciência, nem o que aprendi com os compa-

nheiros de Osasco. Eles me procuram para fazer isso!! Ora, eles não estão entendendo nada do que está acontecendo aqui.

Estão apoiando a chapa 1, que está ligada aos interesses patronais. Isso é uma manobra sectária, que coloca os interesses imediatos e políticos-partidários acima dos interesses da classe operária, que é quem sai realmente perdendo com isso.

— Zé Pedro, o que o restante da chapa 2 achou disso?

— Bem, queremos através do EM TEMPO, que atingue uma parcela grande de pessoas politizadas do país, esclarecer como encaramos essa atitude. Inicialmente, devo dizer que fizemos todo o possível para montar uma chapa de base, que reunisse o que há de mais combativo na região. Fizemos uma grande e aberta discussão com todas as forças. Daí saiu a chapa 2. O próprio Alemão veio aqui uma vez assistir uma das discussões e disse ser favorável a uma ampla composição oposicionista. Bom, estranhei muito quando li o HP. Esse pessoal, desconhecendo o que acontecia em Osasco, em função apenas de seus interesses, vem nos desrespeitando e acusando de divisionista, de ser contra o Sindicato. Ora isso não é verdade. Já fui vice-presidente deste Sindicato, em épocas muito difíceis. Depois, participamos da chapa de oposição e mesmo perdendo, continuamos participando ativamente do Sindicato. Participando mais ativamente que a diretoria, mesmo a gente não tendo os recursos do Sindicato, nem a estabilidade. Nós somos a favor do Sindicato, mas do sindicato atuante, livre, democrático.

Por isso repudiamos o que diz o HP.

Mas é ainda pior quando um companheiro nosso, Djalma, que tem participado muito ativamente da nossa luta, é procurado dessa forma que ele já falou. Isso não é coisa de companheiro. O Alemão nunca devia ter feito isso. É um golpe baixo, tentando iludir o companheiro Djalma, tratando-o como criança, sem cabeça própria. Djalma entrou na chapa 2 depois do debate e pela sua própria decisão. Não é um alemão da vida que vai mudar isso.

A esquerda e as eleições

A chapa oposicionista conta com os apoiadores dos jornais EM TEMPO e *Companheiro*. Conta ainda com o apoio do PT e da chamada corrente popular do PMDB de Osasco. Por outro lado, a chapa 1, situacionista, conta a adesão da *Tribuna da Luta Operária*, do infalível *Hora do Povo*, que mais do que apoio, cumpre, dentro do movimento sindical, o papel que o regime faz de fora: impedir a manifestação da esquerda.

Mais curiosa porém é a posição do *Voz da Unidade*, que na sua edição de 9/1 reproduz a "posição dos comunistas de Osasco": nem a favor, nem contra, muito antes pelo contrário. Assim, deixam "a questão do apoio a uma ou outra chapa a critério de seus militantes e amigos".

PACTO SOCIAL?

O fantasma do desemprego volta a assombrar os trabalhadores brasileiros, principalmente depois da escandalosa decisão da Volks, anunciando e já pondo em prática uma avalanche de demissões para inícios de 1981. Os dados da empresa, porém, revelam que se trata, em grande parte, de uma chantagem política sobre o Ministério do Planejamento. As 3 mil demissões devem ser confrontadas com a sua "rotatividade usual" de 800 empregados por mês. Além disso, contando-se os dependentes desses operários e a repercussão sobre a indústria de autopeças, elas significam cerca de 70 a 80 mil pessoas atingidas pela medida. O caso vale mais portanto como um alarme, e como a ponta de um gigantesco iceberg permanente, num país que tem milhões de desempregados e subempregados crônicos no campo e na cidade, e que se prepara apenas para aumentar essas cifras. Além do mais, a iniciativa da Volks não contou com o apoio das outras montadoras automobilísticas. Antes pelo contrário, contou com a repulsa de suas concorrentes.

O governo, contudo, desde há algum tempo vem prevendo um mercado de trabalho difícil. Em fins de 1980, o Ministério da Indústria e Comércio chegou a divulgar análise em que se apontava um número significativo de falências de pequenas empresas no ano, e uma previsão de novos e mais numerosos fechamentos em 1981. O projeto governamental de salário desemprego, agora tornado público, prevê a utilização dos recursos do Fundo de Garantia (5% dos 8% seriam destinados ao Fundo Desemprego). Evidentemente, isso implicaria em condições mais rígidas para sacar o FGTS. As condições para receber o salário desemprego também não seriam nada fáceis, obrigando o desempregado a obter, das empresas em que esteve procurando ocupação, um atestado que comprove essa busca. Além do mais, o auxílio atingiria 70% do salário-benefício (contribuição ao INPS), o qual por sua vez já é 70% da média do salário dos últimos 36 meses. Em outras palavras, ele não receberia mais que 50% da média de seus salários nos últimos três anos. O que dá bem pra morrer de fome, no caso de 90% dos assalariados brasileiros.

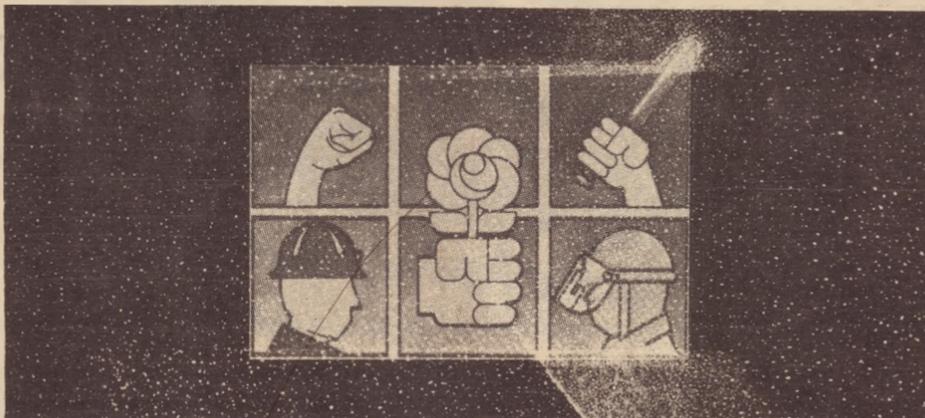
Mais uma vez o "Pacto Social"

O fantasma do desemprego e da recessão tem servido a vários usos. Fala-se, mesmo de uma recessão deliberada, articulada pelo ministro do Planejamento, no sentido de apro-

Procura-se um pato para pagar o pacto

Quem ficar o bicho come. Quem correr o bicho pega.
Salva-se quem comer o bicho.

Por Regis Moraes



fundar a penetração multinacional no país. O que faz lembrar a gestão Roberto Campos, no governo Castelo Branco, com a sua negra "limpeza" econômica de 1965-67. Neste sentido, o soturno jornal **Estado de São Paulo** descreve a trajetória política de Delfim como a de um alegre tratorista (alusão à sua otimista passagem pelo Ministério da Agricultura) que se transforma num kamikaze. Há já algum tempo se tem falado que uma das soluções para equilibrar a remesa de dólares para o exterior, fruto do endividamento e da internacionalização da indústria brasileira, seria o aprofundamento da propriedade imperialista no país, ou seja, o reinvestimento dessas "rendas do capital estrangeiro". Os bancos, a agricultura, os setores de produção e serviços ainda não sob estrito controle externo seriam abocanhados pelos gringos.

A quem serve a recessão?

Mas o uso mais esperado do fantasma recessivo é evidentemente o apelo à austeridade salarial. Ou seja, em troca de uma suposta

garantia de emprego, o "pacto social anti-recessão" exigiria dos trabalhadores, a redução dos salários reais, o aumento da produtividade, a disciplina, etc.

Velha idéia, novos atores. O pacto, inicialmente sob a batuta de Delfim, passa agora para as mãos dos chamados empresários progressistas (Bardela, Francini, Severo Gomes, etc). Problemas e dificuldades existem nessas negociações. Há divergências entre os empresários — e o racha da FIESP — Federação das Indústrias Paulistas — e só um exemplo. E há divergências entre empresários e ministros. Mas a dificuldade maior para a implantação do pacto está no outro lado dos interlocutores. Com quem os empresários negociarão o acordo?

É nesse quadro que surge a questão: não há entidade — formal ou informal — que todos reconheçam como válida e responsável para a negociação. A existência de uma central dos trabalhadores "conversável" é, para os empresários que acreditam no pacto, uma necessidade urgente. Há alguns anos a imprensa chegou até a promover e anunciar a existência

de um CGT informal (lembremo-nos das greves dos bancários do sul, dos pedreiros de Minas, e das manchetes do falecido **Jornal da República** a respeito). E ainda nesse filão, há alguns meses. Tenorinho, do CGT pré-64, publicamente identificado com a corrente euro-comunista, nos concedia entrevista onde afirmava, entre outras coisas, "O arcabouço legislativo do país está superado. Não serve nem ao governo, nem aos patrões, nem aos trabalhadores. Não responde ao nível de desenvolvimento do capitalismo no país. Cabe atualizá-lo. Do lado dos trabalhadores, ela só pode nascer de um debate amplo, aberto e franco, num congresso. Daí entendo que o CONCLAT — Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras — deve dinamizar sua preparação, partir para baixo, com um roteiro concreto de discussão, ouvir os trabalhadores, transformar suas opiniões em propostas concretas".

Na chocadeira, duas centrais sindicais

Hoje, é evidente que o CGT de que se falava em 79/inícios de 80 já rachou. Existem, nitidamente, e para alguns já conscientemente, duas articulações intersindicais. Seguindo exemplos clássicos de outros países, consolidam-se pelo menos duas correntes: a que reúne os dirigentes sindicais "autênticos", o catolicismo progressista e a esquerda revolucionária e aquela que reúne os sindicalistas próximos do PCB somados a pelegos e velhos dirigentes sindicais governistas. Esta situação coloca em pauta a difícil discussão sobre a unidade pluralidade sindical.

Para o governo e para os empresários, a divisão é importante sob vários pontos de vista, inclusive porque ela afasta enormes contingentes operários da vida sindical. Ao mesmo tempo, são evidentes os sinais de tolerância ou apoio ostensivo às articulações de pelegos, como demonstraram, entre outras, as recentes eleições sindicais que ocorreram no país, principalmente nos metalúrgicos do Rio. (ver últimos números do **EM TEMPO**).

De todo modo, o que está no fundo dessa discussão sobre o desemprego e a recessão é o tema da autonomia e liberdade sindical, da CUT, de seu posicionamento diante dos problemas do país. Mas é, fundamentalmente, o problema do Partido dos Trabalhadores, da proposta global dos trabalhadores para uma reformulação do modelo econômico, social e político, a partir dos problemas concretos e imediatos que atingem as massas exploradas do país. É nesse sentido que a resolução do PT sobre as demissões (ver pág. ao lado) abre um debate fundamental e urgente.

Quem ficar o bicho come. Quem correr o bicho pega. Salva-se quem comer o bicho.

Dois exemplos para os patrões, dois alertas para os trabalhadores

Espanha, anos 70 Um pacto pela "paz e tranquilidade"

Os últimos anos do regime espanhol estão marcados por um zigue-zague que procurava cavalgar o movimento operário organizado, dividi-lo, confundir-lo e ganhá-lo para um pacto social e político que preparasse a transição para uma nova forma de dominação. Nesse sentido, tratava-se de reconhecer as centrais sindicais, principalmente quando se percebeu que isso viria acompanhado de uma inevitável divisão, determinada pela possibilidade de "expressão" das várias correntes políticas (socialistas, anarquistas, comunistas, etc).

O resultado não se fez esperar. Surgiram várias centrais sindicais, dividindo as "Comissões Obreras". Hoje, as CCOO, enquanto central sindical, coexistem com a UGT (alinhada ao Partido Socialista), e outras articulações menores. Por essa via, foi possível ao regime, em fins de 1977, negociar com essas forças o chamado Pacto de la Moncloa. Neste pacto social, em troca de restrições concretas (tetos salariais pré-fixados, que implicavam em perda de poder aquisitivo, desemprego "administrado", etc), o movimento sindical recebia, como contrapartida, minúsculas e vagas compensações (reforma fiscal imprecisa e constantemente adiada, mudanças no seguro social, garantias de educação gratuita etc.). A

negociação, porém, a real e não a declarada no Pacto, estava no terreno político. Ela ficava mais clara na afirmativa de um dirigente das CCOO, alinhado com o Partido Comunista Espanhol, o pacto foi necessário, para ele, porque teria garantido um clima de "paz e tranquilidade" necessário à elaboração de uma constituição democrática para a Espanha.

Poucas forças sindicais e políticas formularam alternativas, que tocassem na questão da escala móvel dos salários e pensões, do auxílio desemprego real, das inversões estatais em obras de interesse social, da redução das jornadas de trabalho, da fiscalização dos livros de conta das empresas "em dificuldades", etc. Essas reivindicações colocavam na ordem do dia um outro problema, que não o da simples reformulação da constituição: a questão da organização dos trabalhadores para controlar efetivamente a produção.

Não por acaso, observando a crise das "ditaduras clássicas" (Portugal, Grécia, Espanha, Argentina de Lanusse), os militares brasileiros, quando ainda se cozinhava em fogo brando a política de distensão, viam com atenção o "modelo espanhol". Nesse sentido, as leituras ibéricas devem estar na cabeceira dos Golberis da vida. (R.M.)

FIAT, Itália, 80/81 PC & governo x trabalhadores

No final de 1980, 24 mil trabalhadores da FIAT italiana foram ameaçados de demissão e deram início à maior mobilização operária dos últimos tempos na Europa capitalista: 35 dias de greve ininterrupta, assembleias e passeatas monstro e 15 milhões de operários parados em solidariedade (ver **EM TEMPO** n.º 118). Passada a crise, as grandes centrais sindicais, CGIL, CISL e UIL, ligadas aos maiores partidos políticos italianos, respectivamente PCI, PSI e DC deram início as discussões que pretendem culminar com um novo modelo de sindicalismo.

O movimento da FIAT, além de dar provas da combatividade da base operária, afirmou o desgaste de suas direções reformistas, que para assegurar a continuidade de seu domínio apressam-se em alterar elementos da democracia operária: propõem, por ex., que os trabalhadores recém-admitidos não votem nas assembleias e que as decisões importantes sejam por voto em urna e não mais por aclamação. (Joaquim Andrade, o maior pelego da América do Sul, já faz escola, ou vice-versa).

Ao sindicato "intransigente", as centrais sindicais propõem o sindicato para a nova década: "um sindicato reformista, mas não moderado, conflituoso, mas não antagonista, europeu mas distante do

modelo alemão e inglês. Um sindicato pronto a acertar as contas com a crise econômica, pronto a falar sem falsos pudores da eficiência da empresa e da produtividade dos trabalhadores", como esclarece Marianetti, um dos dirigentes da CGIL.

Para viabilizar tal programa, sugere a UIL, é importante o incremento, da produtividade, a não redução do horário de trabalho (a redução para 35 h semanais foi uma das mais importantes reivindicações dos trabalhadores da FIAT, para combater o desemprego) e sobretudo a fixação ao trabalho, com prêmios para os trabalhadores que menos faltarem. Por seu lado, Luciano Lama, dirigente sindical comunista, critica a visão "aventureira" daquelas que fazem do sindicato uma organização minoritária da vanguarda isolada e sugere que os sindicatos passem a gerir a crise econômica, através da reestruturação industrial e da participação do sindicato na seleção da empresa. Em suma, uma proposta de co-gestão limitada, onde os trabalhadores mais uma vez traídos por suas direções burocratizadas, só teriam a perder, arcaíam com o ônus da profunda crise porque passa o capitalismo e perderiam importantes conquistas, como a escala móvel de salários, apontada por todos os conservadores e burocratas como a responsável pela inflação. (Elvira Oliveira)

Os trabalhadores não vão pagar o pato

O Partido dos Trabalhadores (PT), dando fiel cumprimento ao seu programa político, vem manifestar o seu mais veemente repúdio às demissões de trabalhadores, que se avolumam nos últimos tempos e agora culminam na anunciada dispensa de milhares de empregados da Volkswagen; ao mesmo tempo, o PT assegura a sua mais firme solidariedade aos companheiros demitidos ou ameaçados de demissão.

O PT considera, ainda, que o episódio merece uma atenção mais aprofundada, e quer, nessa oportunidade, expor sua posição programática diante de tal situação.

As sucessivas crises que a economia brasileira vem sofrendo, cada vez mais frequentes nos últimos tempos, tem suas causas mais gerais nos próprios fundamentos do sistema capitalista em que o País se acha inserido: a apropriação privada dos meios de produção por uns poucos e a super-exploração do trabalho de milhões. Dentro desse quadro, o desenvolvimento industrial que ocorreu nas décadas de 40 a 50 não obedeceu a qualquer planejamento que levasse em conta os interesses populares, e, se beneficiou o Capital, em nada favoreceu o Trabalho.

A crise econômica brasileira tem suas causas mais gerais nos fundamentos do sistema capitalista: a apropriação privada dos meios de produção por uns poucos e a super-exploração de milhões

A indústria automobilística instalada no Brasil é um claro exemplo desse desenvolvimento descontrolado. Favorecendo desmedidamente a produção de automóveis, para atender aos interesses imediatos das multinacionais, e, ao mesmo tempo, atenuar a insatisfação de alguns poucos setores privilegiados de cujo apoio político necessitava, o regime implantado em 64, além de estimular a inflação e a desigual distribuição da riqueza, criou uma economia inteiramente vulnerável às oscilações do mercado internacional. A crise mundial do petróleo, os altos preços da gasolina, as restrições ao crédito, o arrocho salarial que atinge todas as camadas, a alta desenfreada da inflação e do custo de vida, foram, pouco a pouco, abalando os principais alicerces da indústria e da economia brasileira da atualidade.

O Partido dos Trabalhadores recusa-se a aceitar que sejam os trabalhadores os que devam pagar o pato pela crise nascida da ganância e da incompetência das grandes empresas multinacionais e alimentadas pelos erros de uma política econômica oficial autoritária e anti-popular. Nos tempos de vacas magras, os patrões querem que os trabalhadores sejam os únicos a arcar com os prejuízos das crises econômicas que eles mesmos criaram, favorecidos por um regime político que só beneficia os poderosos às custas dos sacrifícios do povo. Se alguns setores privilegiados não estão mais conseguindo comprar ou manter os seus automóveis, que a indústria automobilística baixe os preços, reduza suas taxas de lucro, diminua a remessa de dividendos para o exterior ou diversifique sua atividade econômica. O que não pode é jogar nas costas dos trabalhadores e do povo o ônus da sua ganância, da sua incompetência e da sua irresponsabilidade.

Que a indústria automobilística baixe os preços, reduza suas taxas de lucro, diminua a remessa de dividendos para o exterior ou diversifique sua atividade econômica

Por isso tudo, o Partido dos Trabalhadores manifesta seu repúdio à atitude autoritária e arrogante da Volkswagen agora anunciada, da demissão em massa de milhares de operários, à

maneira como é feita, bem como às outras atitudes semelhantes adotadas pelas empresas do setor automobilístico ou de qualquer outro ramo da economia.

O Partido dos Trabalhadores é igualmente contrário ao descaso e à omissão de autoridades governamentais, que, com uma cegueira nascida da insensibilidade diante das agruras dos trabalhadores e do povo, não vêem no episódio senão fatos "normais" ou "localizados". A incompetência e a irresponsabilidade de manifestações desse tipo por parte de autoridades governamentais não atenuam, mas ao contrário agravam a situação, além de demonstrarem a conivente cumplicidade de um Governo inautêntico com as grandes empresas multinacionais que super-exploram os trabalhadores e o povo. O PT considera que o regime arbitrário e autoritário que usurpou o Poder em 1964 é o principal responsável pela situação de exploração e miséria em que hoje se encontra o povo brasileiro, agravada pelas crises econômicas cada vez mais frequentes e das quais a demissão em massa na indústria automobilística agora anunciada é um dos sintomas mais espetaculares.

Um caminho viável: minorar já o sofrimento dos trabalhadores e do povo e ao mesmo tempo criar as condições para a futura transformação global da estrutura capitalista, no rumo de uma sociedade sem explorados nem exploradores.

Fundamentado no exame da situação econômica cujos contornos gerais foram acima resumidamente expostos, e baseado em seus princípios programáticos, o Partido dos Tra-

balhadores (PT) vem apontar as bandeiras pelas quais conclama todos a lutarem neste momento:

5. Reforço das lutas, em todas as categorias profissionais, pela garantia da estabilidade no emprego, antiga conquista da classe operária fraudulentamente arrancada aos trabalhadores brasileiros pelo regime político que se implantou entre nós em abril de 64.

6. Início imediato de uma Campanha Nacional de reforço das lutas por autonomia e liberdade sindicais, pelo reconhecimento das prerrogativas dos delegados sindicais e dos legítimos representantes dos trabalhadores nas empresas, e pelo efetivo direito de greve.

7. Início de uma Campanha Nacional pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, principalmente se as demissões agora anunciadas constituírem o prenúncio de um desemprego generalizado no País, mesmo que transitório.

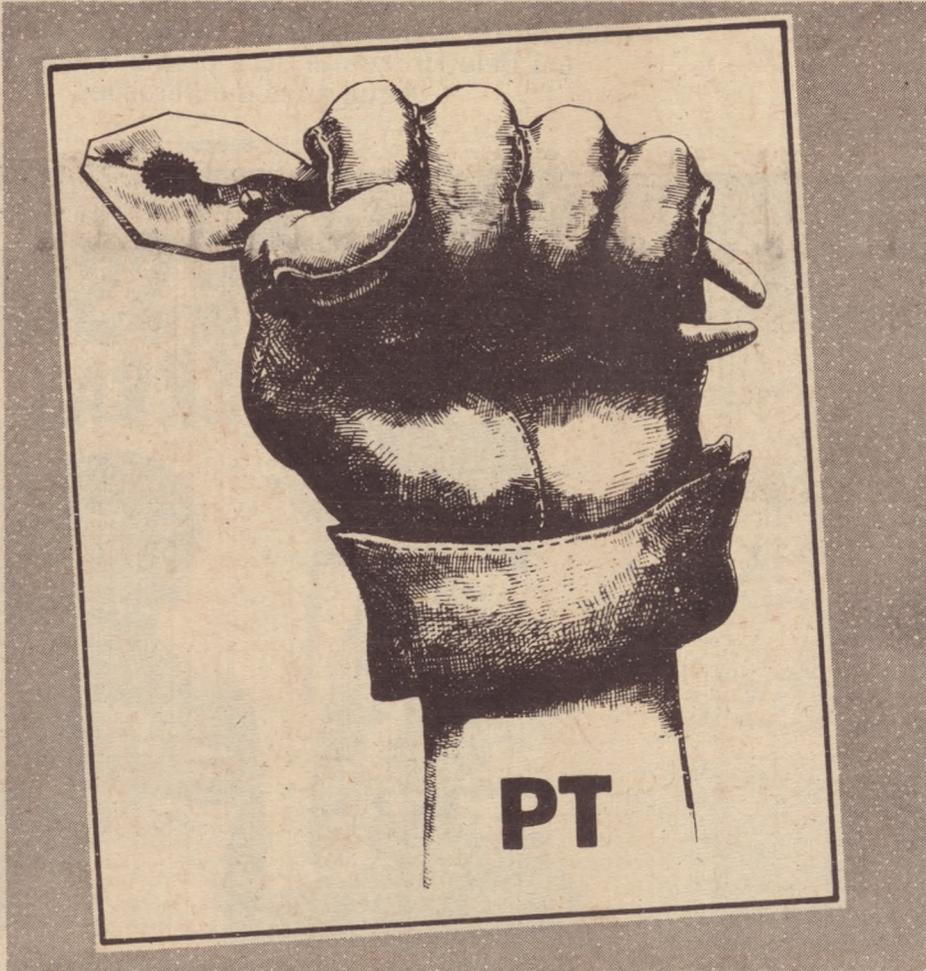
8. Imediatas providências para afastar impedimentos políticos e jurídicos que tem impossibilitado a formação da Central Única dos Trabalhadores, de maneira que estes possam discutir em igualdade de condições com patrões e Governo os rumos da política econômica.

9. Mobilização dos Trabalhadores de todo o País para que se mantenham alertas e vigilantes contra as tentativas que os patrões vem fazendo, com a complacência do Governo, de passar para a população o ônus das crises que ambos vem gerando e agravando.

10. Conclamação às forças políticas democráticas para que acompanhem com especial atenção o desenvolvimento dos acontecimentos, e contribuam para impedir, mais uma vez, que o regime tente resolver as suas crises econômicas em prejuízo dos trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores (PT) tem consciência de que o atendimento às exigências e propostas contidas neste documento não resolvem toda a crise econômica brasileira. Mas acredita que — na atual conjuntura e dada a correlação de forças hoje existentes na sociedade brasileira — esse atendimento pode indicar um caminho viável para minorar o sofrimento dos trabalhadores e do povo, e ao mesmo tempo, criar algumas condições para que, em futuro não muito distante, possam ser debatidas e concretizadas medidas mais profundas e fundamentais, desde a nacionalização e a estatização de empresas multinacionais e a socialização geral dos meios de produção, até a transformação global da estrutura capitalista, no rumo de uma sociedade sem explorados nem exploradores.

São Paulo, 10 de janeiro de 1981
Comissão Diretora Nacional
Provisória do Partido dos
Trabalhadores (PT)



balhadores (PT) vem apontar as bandeiras pelas quais conclama todos a lutarem neste momento:

1. Imediata cessação das demissões.

2. Constituição imediata de comissões mistas de representantes de trabalhadores, empresários e Governo, para exame da verdadeira situação da Volkswagen e de outras empresas que ameaçam despedir seus empregados, a fim de impedir que os patrões se utilizem do fantasma das demissões em massa para tentar aterrorizar os operários às vésperas das campanhas salariais.

3. Fim imediato da intervenção ministerial no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, — onde se situa a Volkswagen e em outros sindicatos, e sua devolução aos seus legítimos donos — os trabalhadores — para que estes possam eleger livremente seus líderes e representantes, sem restrições de quaisquer espécies nem de eleitores nem de eleitos.

4. Negociações urgentes entre os trabalhadores, as empresas e o Governo, para a utilização de fundos — como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ou outros — para a instituição do Auxílio-Desemprego oficial, a ser aplicado sob fiscalização direta dos trabalhadores, em

Dia 11 de dezembro de 1980, os professores universitários da rede federal de todo o país encerraram uma greve de 35 dias, com a conquista do novo decreto sobre a carreira do magistério. De lá para cá, assustados com a pujança do movimento e as perspectivas de organização nacional dos docentes, a ditadura e os donos de faculdades vêm desfechando uma seqüência de demissões e de perseguições às entidades e aos professores.

A sede da Associação dos Professores Universitários do Maranhão — APRUMA — foi lacrada, o telefone retirado e o desconto das mensalidades nas folhas de pagamento dos professores interrompido, com a devolução das mensalidades já recolhidas. Dois membros da APRUMA foram demitidos de funções administrativas da universidade.

Na Universidade de Pernambuco, 114 professores que não fizeram, ou não foram classificados, em concursos públicos durante o ano passado, foram demitidos. No entanto, o decreto aprovado em dezembro garante a estes professores o direito de serem enquadrados. Com nítidas características de repressão ideológica, vários professores da PUC-Rio, Faculdades Metropolitanas Unidas (SP), Faculdade Integrada Alcântara Machado (SP), Faculdades Objetivo (SP), São Leopoldo (RGS) e Católica de Minas Gerais, foram também demitidos.

O professor Sílvio Frank Alem, da Universidade da Paraíba, foi ameaçado de morte por um tenente da PM, devido a desentendimentos quanto a critérios de avaliação com uma aluna, mulher do tenente. O pedido de garantias na polícia local foi seguido de processo na Lei de Segurança Nacional contra o professor, enquanto o tenente continua impune.

Professores Bóias-fria

Enquanto isso, os professores vêm estudando e acompanhando a implantação do chamado “decreto de dezembro”, que regula a carreira do magistério. De acordo com o decreto, os docentes estariam divididos nas categorias de auxiliar, assistente, adjunto e titular, num critério baseado na obtenção de títulos de mestrado, doutorado etc. Dentro da mesma categoria, o tempo de serviço define níveis diferentes (por exemplo, adjunto 1, adjunto 2 etc). No entanto, as universidades estão prevenindo o remanejamento apenas por titulação, isto é, de uma categoria para outra, sem contar o tempo. Apenas nas Universidades Federais de Minas e Santa Maria (Rio Grande do Sul) onde, “coincidentemente”, o projeto está sendo implantado com a fiscalização de comissões de docentes, os professores conseguiram o enquadramento nos dois sentidos.

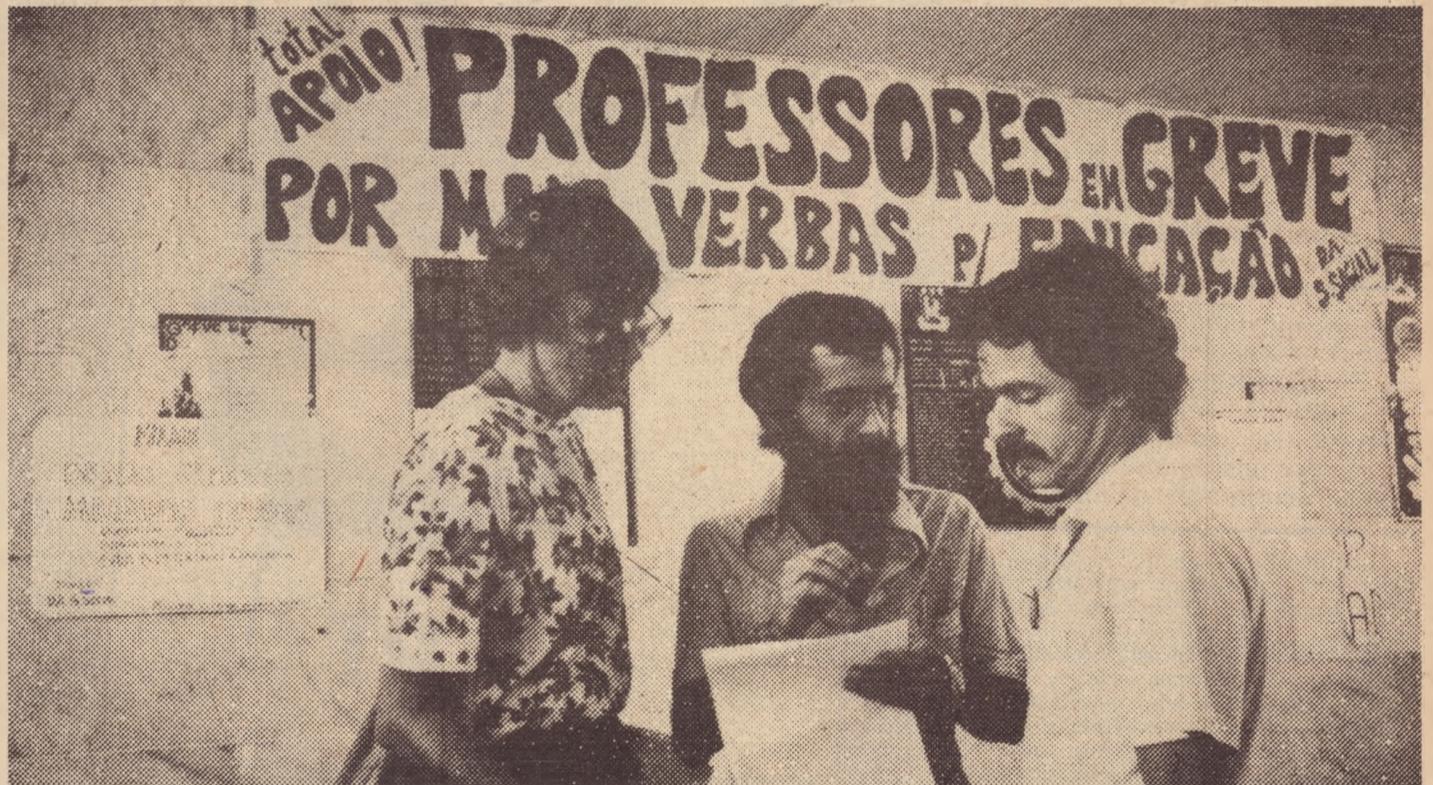
Existem casos, como na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde a

Docentes: cuidado Rubão Entidade nacional vem aí

Os professores universitários preparam para fevereiro, em Campinas/SP, o seu III Encontro Nacional, onde deverá ser criada a Associação Nacional de Docentes.

Saindo de uma greve vitoriosa de 35 dias na rede federal, que até derrubou ministro e já organizados numa Coordenação Nacional de Associações de Docentes eles se reuniram em Belo Horizonte para preparar o Encontro. Aqui, suas deliberações.

Da Sucursal



implantação do decreto vem se dando de forma emperrada, sem a participação dos professores. Nem mesmo um estudo sobre a situação de cada docente foi feito.

Mas o pior do decreto é que professores colaboradores, auxiliares de ensino, visitantes e extra-quadros — os chamados professores bóias-frias — foram “esquecidos” completamente. Na UFMG existem 200 professores nesta situação. Em alguns outros locais, como na Paraíba, a coisa é mais grave, existindo 600 professores visitantes e colaboradores entre os 1.100 que lá lecionam. Estes professores (em especial os que entraram na universidade

depois de 31 de dezembro de 1979) vão receber seus salários por tabelas especiais e depois poderão prestar concurso público, mas sem levar em conta os anos de trabalho já prestados.

Até fevereiro, em Campinas

A reunião preparatória de Belo Horizonte, aprovou uma proposta de pauta para o Encontro Nacional que inclui reunião por setores (professores das escolas particulares, das federais autárquicas, estaduais autárquicas e fundações federais) quando serão feitas avaliações do movimento e discussão do temário. Este

versará sobre: democratização e autonomia das universidades, questões salariais, trabalhistas e de carreira, ensino público e gratuito, verbas para a educação e o ensino e a pesquisa nas instituições superiores. Aí então, deverá ser criada a Associação Nacional dos Docentes e eleita sua primeira diretoria.

Está prevista a participação de cerca de 300 delegados, retirados em assembléia geral ou em reuniões amplas, e 600 observadores. Campinas será o primeiro encontro dos docentes desde sua greve nacional, e promete muito em termos de organização e frutos para 81.

Professores 1º e 2º graus Recife: criada a UNATE

Realizou-se em Recife, do dia 14 a 17 de janeiro últimos, o III Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação reunindo professores do 1º e 2º grau de todo o país. Estavam presentes cerca de 400 delegados. Para estes, a principal questão colocada se referia à criação ou não de uma entidade nacional da categoria. Esta questão já se arrastava sem definição desde o primeiro encontro nacional, e uma das razões para isso era a existência, mais formal do que real, de uma outra entidade nacional, a Confederação dos Professores do Brasil. Neste congresso, afinal, por uma grande maioria, os delegados presentes decidiram pela criação da entidade, denominada

UNATE — União Nacional dos Trabalhadores em Educação, designando ao mesmo tempo uma diretoria provisória. Esta é presidida por Hildésia Medeiros, diretora do CEP-RJ.

Os delegados aprovaram um programa de lutas, onde se destacam: a reivindicação de paridade dos vencimentos entre inativos e servidores ativos; a luta pelo reajuste semestral; e a criação de um fundo nacional da entidade.

Ao lado da continuidade do esforço para realizar a união dos professores nas lutas da categoria, os delegados terão pela frente, agora, a necessidade de um balanço junto às bases.

Sociologia e Política/SP Burocrata ataca associação

Na Escola de Sociologia e Política, a repressão patronal ficou mais evidente e, inclusive, foi reconhecida pela própria direção da escola que chegou a redigir um documento explicando a razão pela qual demitia 75% do corpo docente, de tão escandaloso que foi o fato. Não contentes em demitir apenas a diretoria da Associação a direção da escola demitiu todos os professores que participaram das reuniões convocadas pela entidade. Na verdade a demissão da quase totalidade do corpo docente da

escola teve um outro objetivo, além de desmantelar a organização dos professores: quebrar, com o uso da força, com a unidade que havia entre alunos e professores. E esta questão que todas as demissões deste final de ano colocam. Os patrões e a burocracia universitária não estão dispostos a assistir de braços cruzados a convergência de objetivos que cada vez fica mais clara entre o movimento dos docentes e o movimento estudantil: a luta pelo ensino público e gratuito e a democratização da universidade.

São Bernardo — Campanha salarial

João Ferrador apavora o interventor

Por Vânia Almeida

O movimento metalúrgico de São Bernardo do Campo começa a tomar novo ímpeto, com a campanha salarial deste ano. E, quem imagina que a ex-diretoria do Sindicato não vai superar a prova de fogo e se manter na liderança da categoria, poderá ter algumas surpresas. Afinal, a campanha vem sendo cuidadosamente preparada desde outubro do ano passado e, apesar das dificuldades criadas com a intervenção nos Sindicatos e a guerra psicológica promovida pela Volks com as demissões, os metalúrgicos continuam vendo na ex-diretoria os únicos interlocutores válidos para qualquer negociação. Exemplo disso pode ser visto nas portas das fábricas, que a ex-diretoria vem percorrendo quase diariamente para convocação às assembleias já marcadas para o mês de fevereiro (dias 13 e 14 no Largo da Matriz de SBC e dia 8, na Igreja do Bonfim, em Santo André).

Trabalhadores da Volks, receptivos, contribuem para o fundo financeiro da campanha, articulado pelos dirigentes cassados.

Nos portões da Volks, onde a ex-diretoria esteve na terça-feira, distribuindo uma manifesto com as propostas para as negociações, os operários faziam questão de chegar até os membros da ex-diretoria do Sindicato e entregar a sua contribuição financeira para a campanha salarial (os líderes metalúrgicos têm explicado aos



trabalhadores que é necessário um grande esforço para o levantamento de recursos, já que sem o Sindicato, a categoria tem que criar alternativas de sustentação da campanha salarial).

E a receptividade tem sido muito grande. As demissões atuaram, nesse sentido, como um reforço à solidariedade entre os trabalhadores, causando efeito contrário ao que certamente esperava a empresa — a desmoralização da categoria. Em outras indústrias, como na Mercedes e Ford o clima é semelhante, enquanto nas fábricas menores também há intensa mobilização, com reuniões realizadas na sede do Fundo de Greve. Na Volkswagen, os trabalhadores viram com muita simpatia um slogan criado para o retorno da ex-diretoria à fase das grandes mobilizações: "Olha, nós aqui outra vez". E milhares de boletins da campanha, impressos com dificuldade, em meio há falta de recursos, rapidamente se esgotam.

Esse ano a coisa vai ser diferente: duas listas de reivindicações. Uma dirigida ao governo e outra aos patrões.

A campanha dos metalúrgicos vem recebendo solidariedade das mesmas entidades que anteriormente prestaram todo apoio à campanha: igrejas e sociedades amigos de bairro. Já estão programadas reuniões (mini-assembleias) para discutir a proposta de pauta a ser apresentada nas negociações. Este ano a campanha, devido a experiências recolhidas em negociações anteriores apresenta uma inovação: serão apresentadas duas propostas: uma para ser levada ao governo e outra aos empresários. E, da mesma forma que em anos anteriores, a campanha será conjunta com Santo André, tendo sido feito um convite também à oposição sindical dos metalúrgicos de São Caetano, liderada por José Ferreira da Silva (freira Chico, o irmão do Lula) para participação nas discussões e mobilização.

As reuniões (nos bairros Serraria, em Diadema, Taboão, Ferrazópolis, bairro Jardim Santo Inácio e adjacentes) a serem realizadas em todos os próximos sábados e domingos, servirão de base à liderança

para avaliar o grau de consciência dos trabalhadores. Alguns dirigentes acreditam que este ano, a luta por garantia no emprego deve superar a discussão em torno do índice de produtividade ou mesmo o delegado sindical. No caso do índice de aumento, a garantia no emprego — afirmam — está intimamente relacionada, pois as empresas colocam em prática em vésperas do dissídio a rotatividade de mão de obra. Isso significa que colocam na rua, milhares de trabalhadores, em grande parte especializados que serão contratados por outra indústria por dois terços do salário anterior e até menos. No caso dos demitidos da Volks, isso pode ser medido, por exemplo, pelo nível de empregos oferecidos pelo SINE (Sistema Nacional de Empregos) que o ministro do Trabalho tanto glorificou. No posto de São Bernardo do Campo, os demitidos que por ali passavam, saíam de cabeça baixa, pois o salário na oferta de emprego caía pela metade do registrado em carteira.

Vidigal, o hábil presidente da FIESP, já avisou: não negocio com interventor

Este ano, certamente haverá um impasse maior nas negociações, pois os dirigentes metalúrgicos pretendem eleger em assembleia uma comissão para atuar como interlocutor da categoria. Do outro lado, os empresários, liderados pelo presidente da FIESP, Luis Eulálio Bueno Vidigal, segundo informações recolhidas pela ex-diretoria do Sindicato junto ao interventor, não estaria disposto a negociar com o próprio; posição que o próprio Vidigal já vem afirmando publicamente (certamente, imagina Vidigal, seria uma cena grotesca e, pelo menos, senso do ridículo o presidente da FIESP parece ter).

Existe uma grande expectativa em torno da nomeação da Junta de Trabalhadores anunciada pelo ministro que substituirá o interventor e encaminhará as eleições no Sindicato. Mas a novela da Junta se arrasta há meses. O ministro do Trabalho que vem copiando o estilo Delfim (qualquer de suas afirmativas deve ser tomada

sempre no seu sentido contrário) chegou a prometer a líderes sindicais da região que até dezembro a Junta estaria nomeada. Depois, deu prazo até à primeira quinzena de janeiro e anuncia-se, agora que em fevereiro poderá cair a intervenção.

Como a Junta ainda é desconhecida, os entendimentos que poderiam haver em relação à ex-diretoria são hipotéticos, embora alguns dirigentes já tenham manifestado disposição de não travar diálogo com elementos impostos pelo ministro à categoria.

No Sindicato, a perplexidade do interventor Oswaldo Pereira D'Aguiar Batista aumenta dia a dia. Nesta quinta-feira, uma comissão de 16 metalúrgicos eleitos pelos trabalhadores em reunião realizada no Fundo de Greve, foi exigir do interventor, a sede do Sindicato para a realização de assembleias (aliás, as duas assembleias de fevereiro deverão preparar uma outra, com ampla mobilização, em Vila Euclides).

Ante disso, na semana passada, um grupo de seis metalúrgicos, membros da Comissão de Representantes da Volks fora solicitar do interventor a criação de um Fundo de Desemprego e saiu de mão abanando, sem nenhum resultado concreto (esse fundo seria formado com contribuições voluntárias dos trabalhadores e... pasmem, das empresas).

Quantos aos representantes da Volks, nem o interventor nem a categoria deu bola, pois os demitidos preferiam ir buscar orientação no Fundo de Greve, com a ex-diretoria do Sindicato, enquanto o interventor cumpriu seu papel. (Curiosamente, estes representantes antes de se reunirem com o interventor foram pedir conselhos à direção da empresa, que certamente deu os melhores que podia).

De qualquer forma, o Sindicato terá que ser devolvido aos trabalhadores a curto prazo, uma vez que a campanha já está nas fábricas e bairros de SBC e deve se acirrar nas próximas semanas, quando a Junta for nomeada e as negociações tiverem que ser iniciadas.

Proposta para governo

A ex-diretoria do Sindicato de SBC discutiu junto com os ex-dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André uma pauta de reivindicações a ser apresentada ao governo. A pauta a ser apresentada aos empresários deverá estar concluída esta semana e inclui além de conquistas anteriores, o índice de produtividade baseado em estudos do DIEESE, o delegado Sindical, a jornada de 40 horas e outras.

A proposta ao governo, a ser submetida às assembleias é a seguinte, em linhas gerais, conforme manifesto divulgado esta semana:

1. Controle do custo de vida, principalmente dos gêneros de primeira necessidade. Isto está nas mãos do governo. Queremos uma Ação firme e eficaz contra a especulação e o fim dos atravessadores;
2. Término imediato das intervenções em todos os Sindicatos;
3. Revogação de todos os dispositivos legais que atentem contra a Liberdade Sindical;
4. Controle pelos próprios trabalhadores de todos os fundos constituídos com seu dinheiro (Fundo de garantia, Pis, Pasep, etc.);
5. Instituição para todo o território nacional de um salário mínimo unificado, capaz de atender as necessidades básicas do trabalhador e sua família;
6. Efetivo direito de greve, revogando-se a Regulamentação absurda hoje existente."

Dois pelegos a menos

Minas

Nem mesmo a utilização de corrupção eleitoral conseguiu evitar a vitória da oposição para a Associação dos Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais que conta hoje com oito mil filiados para uma categoria que abrange 22 mil servidores e 30 mil funcionários.

Os servidores mineiros sofreram nos últimos 16 anos uma perda no poder aquisitivo de seus salários equivalente a mais de 200%, além de outros benefícios antes garantidos. E a atual diretoria mostrou uma vocação irresistível em conciliar com esta situação.

Num estranho processo de eleições que se dá não por chapas mas por candidatos isolados, o resultado foi que a oposição elegeu o presidente da entidade, dois conselheiros fiscais e três conselheiros de representação, ficando a situação com cinco cargos. De nada adiantou o presidente pelego utilizar os recursos financeiros da associação para fretar cinco ônibus do interior do Estado carregados de eleitores cabrestados. Os trabalhadores ganharam mais uma entidade combativa que tem à sua frente, por sinal, um membro do PT.

Pelotas/RGS

Tomou posse no último dia 27 a chapa de oposição que venceu as eleições para a Associação dos Municipários de Pelotas, cidade do interior do Rio Grande. Tudo começou em novembro quando uma assembleia de associados depôs a diretoria da Associação que se agarrava a unhas e dentes à entidade já há seis anos.

Nesse intervalo promoveu-se a uma campanha de sindicalização, aumentando de 250 para 900 os associados, e a Comissão Provisória, escolhida pela base para preparar as eleições definitivas, teve oportunidade de mostrar já sua combatividade: durante dez dias os professores municipais entram em greve reivindicando melhores salários e o pagamento em dia, tendo o apoio direto da Associação.

O programa da oposição frisou a luta por melhores salários, a organização dos funcionários junto à Associação, através de delegados, a luta pela organização nacional dos funcionários públicos e sua sindicalização e a organização independente dos trabalhadores, programa que venceu as eleições com larga margem de votos sobre a chapa dos pelegos.

Mulheres

PREV-SAÚDE: Controle de natalidade

Querem eliminar a miséria, eliminando os miseráveis

Em Porto Alegre, um debate sobre Planejamento Familiar demonstra que a política de controle de natalidade proposta no PREV-SAÚDE está inteiramente ligada com a atual crise econômica. O governo quer diminuir o número de pobres justamente no momento em que sobe o custo de vida, aumenta o desemprego e caem cada vez mais os gastos oficiais com saúde e assistência.

Por Dinah Lemos e Sônia Maluf

Querem eliminar com a miséria, eliminando os miseráveis". Era o que dizia um dos cartazes afixados no Sindicato dos Vestuários de Porto Alegre, no dia 16 de dezembro, durante a realização de um painel-debate sobre Planejamento Familiar. Convocado por um grupo de trabalho inicial composto por grupos feministas de Porto Alegre, núcleo de saúde do PT, CEBES, e Ação da Mulher Trabalhista, o painel se propôs a abrir na cidade a discussão e a campanha contra o projeto de controle de natalidade que hoje se apresenta disfarçado de Programa Nacional de Serviços Básicos da Saúde (PREV-SAÚDE), no ponto "Atenção Materno-Infantil".

O espaço que hoje a imprensa oficial abre para o PREV-SAÚDE (Observe-se um Globo Repórter inteiro sobre planejamento familiar), a expressão de diversos setores da Igreja em relação ao controle de natalidade e métodos contraceptivos, a tomada de posição pelas associações e sindicatos médicos sobre o projeto mostram que a ofensiva do governo e de organismos internacionais no sentido de uma implantação massiva do controle de natalidade no Brasil se depara com o crescimento de uma forte oposição. Os diversos setores com diferentes posicionamentos encontram uma unidade na crítica ao projeto e na busca da

O problema real não é a falta de alimentos mas sim um sistema de produção e distribuição orientado pelo lucro.

ampliação da discussão para largas camadas da população.

No painel realizado em Porto Alegre, as críticas que foram feitas apontaram desde o caráter autoritário do projeto até a oficialização da violência sobre a mulher e sobre seu direito de optar se quer ou não ter filhos. O geógrafo Igor Moreira, presente no debate, apontou inúmeros dados e estatísticas, denunciando que não existe super-população no Brasil e sim uma má distribuição demográfica.

Os grupos feministas, por outro lado, levantam a preocupação de apontar que sobre a mulher recaem com maior peso as consequências desse tipo de projeto e demonstram a necessidade de incentivar as mulheres a se mobilizarem na busca de liberdade e direito de escolha.

Apresentamos aqui um resumo da primeira



parte do painel, que serve como ponto de partida para a continuidade do trabalho:

"As posições anti-natalistas que subsidiaram os governos de países dependentes na adoção de programas de planejamento familiar, têm suas origens na teoria formulada por Malthus, em 1798.

O postulado sobre o qual é erigida sua teoria é o de que a população aumenta em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos aumenta em progressão aritmética, sendo o excesso populacional daí resultante, a causa da fome e da miséria. Para vencer este obstáculo que a natureza impõe à humanidade, são apontados então os freios preventivos, que se referem ao controle da taxa de natalidade.

Por volta de 1950, num momento em que aprofunda-se a contradição do mundo dito subdesenvolvido, cujos indicadores máximos se situam no aumento da miséria de suas populações e na deflagração de movimentos de libertação nacional, significativamente, ocorrem várias reuniões internacionais que demonstram, em seus relatórios finais, grande preocupação com os problemas populacionais. Suas teses como um todo, convergem novamente para o mesmo ponto: reconhecem a distância existente entre países pobres e países ricos, identificando como o grande obstáculo ao desenvolvimento dos países pobres o crescimento acelerado das suas populações. A causa da falta de alimentos, do esgotamento dos recursos naturais, dos problemas sociais em geral, são nada mais nada menos que as altas taxas de natalidade que ocorrem nos países periféricos. É essa tese, chamada neo-malthusiana, que é retomada para servir de embasamento aos programas de planejamento familiar que são aplicados em diversos países do terceiro mundo. É importante notar que os freios morais apregoados pela teoria de Malthus são substituídos por freios físicos.

Porto Rico e Índia: duas terríveis experiências "bem sucedidas" de controle de natalidade massivo.

Porto Rico, em 1925, foi o primeiro campo de intervenção dos programas americanos de controle de natalidade. Desde então, a ilha se tornou um gigantesco laboratório para experimentos de métodos anticoncepcionais. Em 1937, foi legalizada a esterilização e hoje ela é apresentada como "a solução ideal". As esta-

tísticas de 1965 indicam que 90% dos partos realizados eram seguidos de uma imediata esterilização. A proporção total de mulheres esterilizadas em Porto Rico é de 35,5%, enquanto que na camada de baixa renda é de 44%.

Em 1952, a população da Índia é brindada com um programa de planejamento familiar que é reorganizado em 1975. Desde os primeiros anos da década de 70, o plano executado na Índia ganha contornos extremamente radicais, principalmente durante o governo excepcional de Indira Ghandi, de 1975 a 1977. O planejamento familiar era incentivado através da distribuição maciça de pilulas anticoncepcionais e outros preservativos. Foram dadas recompensas aos médicos e enfermeiras por cada candidato suplementar à esterilização; foi suprimida a licença pós-parto às mulheres operárias que tivessem muitos filhos; e, finalmente, as pequenas cidades, poucos receptivas às campanhas de esterilização, foram ameaçadas de não terem construídas estradas e nem receberem água encanada.

Mesmo contando com um programa tão radical, 10 anos depois de sua implantação, ele já começa a ser considerado um fracasso, pois a população da Índia continua crescendo rapidamente.

Segundo Nick Eberstadt, professor da Universidade de Harvard, "... não existe nenhuma justificativa lógica ou técnica para haver fome em qualquer parte do mundo. A produção anual de alimentos no mundo é suficiente para alimentar a todos confortavelmente. ...A expectativa da população da terra no ano 2000 é de 7 bilhões de pessoas. Não seria realista dizer que no ano 2000 o mundo poderia alimentar 70 bilhões de pessoas, mas a tecnologia para que isso acontecesse estaria disponível".

Diante dessas afirmações pode se chegar a algumas conclusões:

Sabe-se que é necessário ao capitalismo que haja, além do número de pessoas empregadas no processo produtivo, um excedente de mão de obra, chamado exército industrial de reserva, cuja função é a de forçar o rebaixamento dos salários. Mas, como esse exército de desempregados exige do estado uma série de despesas com saúde, previdência de mais serviços, há um certo ponto limite onde se torna excessivamente caro e, portanto, indesejável.

Por outro lado, a situação de miséria crescente, tem se mostrado potencialmente perigosa no que se refere a possíveis movimentos de alteração da ordem capitalista, e é nesse ponto que as atenções passam de fato a se voltar para a questão do planejamento familiar.

Existe no Brasil a BEM-FAM (financiada pela International Planned Parenthood Federation) que embora não tenha ligações oficiais com o governo brasileiro recebe um evidente apoio para distribuir pilulas para as "mulheres do povo" de forma indiscriminada, sem orientação nem acompanhamento médico.

Diante do que já foi exposto até aqui, a pergunta que se impõe é: porque um planejamento familiar maciço no Brasil, hoje? Dentro do panorama econômico brasileiro atual — de difícil manejo para a burguesia — somado ao alto nível de reivindicações populares por melhores condições de vida e maior participação nas decisões, nos vemos pela primeira vez com um plano nacional de controle da natalidade que vem apresentado, eufemisticamente, como "planejamento familiar". Nunca antes o governo havia assumido uma medida de tal natureza. Assim, não podemos ter outra explicação que a exposta: a situação nacional é extremamente crítica, exigindo conter o nascimento de futuros bolsões de contestação e dar à população a ilusão de que tal contenção resultaria numa melhoria do nível de vida, melhoria que o governo não consegue atender a nível salarial e de benefícios indiretos.

Os exércitos industriais de reserva, enormes no terceiro mundo, já apavoram as burguesias ameaçando tornarem-se exércitos de contestação da ordem vigente.

O objetivo é claro: não há trabalho de salvação nacional para a burguesia sem eliminar parte da população. Justamente aquela que mais sofre os efeitos da crise econômica. Tal eliminação não é, e não vai ser, direta nas pessoas vivas desta classe, mas sim através de uma tentativa massiva e extensa de impedir seu crescimento demográfico. A tentativa de controle específico de expansão da pobreza via limitação de nascimentos é clara e explícita.

É importante avaliar na implantação do planejamento familiar o peso em termos de definição da política de saúde dada pelos organismos internacionais que ajudarão a financiar o PREV-SAÚDE. São esses organismos os representantes do capital internacional que, como já foi dito, está preocupado com a manutenção da "ordem e paz social" nos países dependentes, de forma a terem garantias de retorno de seus capitais neles investidos".

Para evitar a confusão do ano passado, a coordenação do III Congresso da Mulher Paulista optou este ano por encontros regionais, garantindo dessa forma uma participação maior das mulheres e discussões produtivas sobre temas de interesse das participantes.

São Paulo — capital, ficou dividida em quatro regiões (Norte, Sul, Leste, Oeste). Uma quinta região é formada pelo Litoral Norte, que este ano resolveu participar socializando um longo e sólido trabalho com mulheres da região, e uma sexta região é formada pelo Interior.

O objetivo principal dessa divisão é a garantia de formação de grupos pequenos com o espaço de discussão que faltou no ano passado.

No entanto, toda essa preocupação está indo por morro abaixo desde o momento em que as brigadistas do jornal **Hora do Povo** entraram em

III Congresso da Mulher Paulista

Encontros Regionais para maior participação

E para se evitar as bagunças, boicotes e manobras das brigadistas HP, que já nesta fase preparatória estão botando as manguinhas de fora.

por Maria Tereza Verardo



massa na coordenação do III Congresso.

Representando dezenas de entidades fantasmas, e dezenas de entidades que existem mas não as reconheceu como representantes, o objetivo das brigadistas parece ser única e exclusivamente o de impedir a realização do Congresso. Em todas as reuniões elas aparecem sem propostas, mas com ímpeto suficiente para embananar qualquer discussão ou votação.

Estamos já há quase um mês no congresso e até agora nada foi discutido, nada foi feito, nada foi organizado.

Diante desse impasse, foi convocada uma reunião geral para dia 15 no IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), onde aconteceu o previsto: as brigadistas compareceram maciçamente, lotando miste-

riosas kombis de chapa branca, e tumultuando a reunião. (Ingenuidade ou burrice de nossa parte, o fato é que não anotamos o número das placas dessas kombis. De qualquer forma soa-nos estranho que um grupo que se diz de esquerda consiga o beneplácito dos órgãos oficiais a ponto de emprestar suas viaturas).

Desta vez as táticas desse grupo foram bastante sofisticadas; espalharam pelo local da reunião homens sobejamente conhecidos de outras reuniões, onde haviam agredido a correntadas membros da Oposição Sindical Metalingica.

Com esta psicologia do terror e com a total impossibilidade de se discutir qualquer questão, as representantes dos grupos feministas, da Coordenação do III Congresso da Mulher Paulista e dos grupos que possuem um trabalho e uma preocupação de fato com as questões relativas à mulher se recusaram a continuar trabalhando com as brigadistas do HP e se retiraram dessa

reunião convocando outra para o dia seguinte.

A reunião do dia 16, que contou com a presença de 60 pessoas representantes de fato de várias entidades, chegou à conclusão que a falta de direção do movimento de mulheres em São Paulo estava dando margem às manobras e oportunidades como do pessoal do HP e, para evitar este tipo de coisas, foi eleita uma comissão executiva formada pelos grupos de mulheres que reconhecidamente têm trabalho em São Paulo, como Associação das Mulheres, Associação das Donas de Casa, Brasil Mulher, Frente de Mulheres Feministas, Ação Lésbica Feminista, Centro da Mulher Brasileira, entre outras. A Comissão deve discutir critérios de participação na Coordenação do III Congresso, participação dos partidos políticos etc.

O que fica desta novela toda, que ainda promete muitos capítulos e muito suspense, é a desagradável constatação de que há algum tempo atrás os congressos eram proibidos pelo aparato repressivo do Estado, e hoje esta repressão não precisa se empenhar tanto já que o HP se encarrega de cumprir esta função.

Mundialito

As belas e as feras maneiras de se jogar futebol

Por Sérgio Papi

O Uruguaio Vitorino mergulhou e, de baixo para cima, tocou de cabeça. O lançamento veio da direita, à meia altura, e o destino dessa bola era o gol. Um gol que trazia em si, já de antemão, a certeza da derrota brasileira ainda no meio do 2º tempo, na decisão do mundialito.

E se na lógica estranha do futebol, todos os acontecimentos da partida, até aquele momento eram quase previstos, aquele gol, não poderia ser jamais. Não que fosse surpreendente, pois o Uruguai jogava pra ganhar, assim como jogou todas as partidas que disputou; mas foi apenas imprevisto.

A série de circunstâncias que, até aquele gol, marcaram a partida, foram as mesmas dos dois jogos anteriores que, insistentemente se repetiam; mas não foram suficientes para levar o Brasil à vitória. Sofremos o primeiro gol adversário como nas outras partidas; agora despertaríamos com a entrada de um jogador (Paulo Isidoro no jogo contra a Argentina, ganhando a posição de Renato, e Serginho que entrou no lugar de Tita nas duas últimas partidas); eram

um fator de motivação que o técnico Telê soube explorar muito bem. E a equipe reagiu, tomada pelo mesmo espírito de outros, em outras épocas.

Aplicando uma imaginação fora do comum e a vontade de vencer, nosso time quase desmascara o apenas valente futebol argentino, não poupando a Alemanha de uma humilhante goleada. De repente esbarra no Uruguai. Talvez, porque o fator de motivação deles fosse mais poderoso, era cívico.

Não era o caso do Brasil, no máximo aspirando mostrar que é sempre capaz de reinventar o futebol sobre a base da criatividade, das jogadas espontâneas e até de certas firulas impróprias a essa época de jogadas ensaiadas e de preparações científicas. Porém, numa falha boba da defesa aconteceu o gol que afinal não fugiu à lógica dos acontecimentos; pelo contrário, evocou outros, mais antigos e amargos. Foi chato entregar o ouro pro mesmo bandido de há 30 anos atrás. Porém, o que mais pesa é reconhecer que nosso maior defeito, reside justamente na falta de aplicação tática. Coisa

que até nossos irmãozinhos do Sul da América já sacaram e que, para nós, talvez continua sendo sempre um terrível dilema. Pois se temos um Batista, jogador muito aplicado, nossas melhores jogadas de gol surgiram quase sempre dos pés de um Cerezo ou de um Sócrates, nem sempre tão aplicados. E se um Ardiles ou um Gallego são verdadeiras máquinas de jogar futebol, correndo o campo inteiro, não possuem no entanto, metade da capacidade de improvisar que tem um Adílio, do Flamengo, ou um Pita do Santos, pra não ir mais longe.

Agora, o que eu me pergunto é: se até o Mundial conseguirmos aliar essa capacidade nata do jogador brasileiro para a firula, essa segurança de quem sabe humilhar com categoria com chapeuzinho na área e tudo o mais, se conseguirmos aliá-la a uma motivação própria dos que querem vencer, dos que lutam pela bola com a valentia de um guerreiro, se tudo isso conseguirmos, o que será de nossos irmãozinhos do Sul da América e também dos da Europa com o seu futebol de estratégias e seus excessos de aplicação física?



Cultura

O melhor da música em 80 através da produção independente

Por René Decol

O fato mais importante que acontece hoje na música brasileira não é este ou aquele cantor, e nem mesmo um movimento, como foi a tropicália ou a bossa-nova. A renovação se dá no plano da produção: há uma grande tendência de busca de soluções alternativas para se fazer chegar ao público o produto artístico, contornando as rígidas imposições das gravadoras que dominam o mercado, imposições ditadas pelas leis de **merchandasing**, que visam exclusivamente o lucro e que impedem que artistas novos possam ver veiculadas suas produções para junto do grande público. Assim como aconteceu com a imprensa, os tablóides nanicos impondose como alternativa à grande imprensa dominada pelo capital — tanto em termos de produção quanto editorialmente — os músicos acharam a solução da “produção independente”. Eles mesmos cuidam da produção de seu disco, cobrindo as despesas de gravação, prensagem etc, custos que se descobriu não serem tão altos: variam entre os 80 mil do grupo paulista Pé Ante Pé para o seu primeiro disco (de mesmo nome) até os 240 mil de **Clara Crocodilo**, de Arrigo Barnabé e a sua Banda Sabor de Veneno.

Em São Paulo, mais precisamente em Pinheiros, onde se concentra a maioria da juventude intelectualizada, artistas, e o **beautiful people** em geral, o Teatro Lira Paulistana serviu como centro de divulgação de novos grupos instrumentais. Por ali passaram o Pé Ante Pé, octeto paulista bastante promissor, que faz uma música séria e ao mesmo tempo, com muito prazer, e que une influências de jazz contemporâneo, bossa-nova, e tudo que a atual geração dos 20 ouviu, de Beatles à



Arrigo Barnabé, uma das revelações de 1980

Jimmy Hendrix; Noel Rosa e Caetano Veloso; de Bach à Stravinski. É esse acúmulo de informações musicais, que somente os meios eletrônicos de gravação e comunicação permitem, que faz com que nossa época seja tão rica em termos de criação. É o que o crítico americano Winthrop Seargent quis dizer quando colocou em circulação o conceito de “história comprimida” querendo ilustrar a peculiar situação de ouvirmos ao mesmo tempo músicos do passado convivendo com os mais radicais progressistas, como Louis Armstrong e Miles Davis, por exemplo. Ou Pixinguinha e Hermeto Pascoal, se a Indústria Cultural brasileira não fosse tão pródiga em fazer sumir nossos maiores artistas do passado, e

divulgar pessimamente nossos grandes artistas do presente.

É essa situação peculiar que emerge na obra de um dos músicos mais importantes no Brasil atualmente, revelação do ano segundo consideração absolutamente unânime da crítica. Sua música faz uma fusão toda especial de várias linguagens e influências numa espécie de caleidoscópio pop muito bem trabalhado. História em quadrinhos, a crônica policial sensacionalista, gênero “patrulha da noite”, o melhor da música popular brasileira e um conhecimento aprofundado dos recursos mais modernos de composição, de Schoenberg, Bartok e Boulez, estão presentes na música eletrizante de Arrigo Barnabé. Com **Diversões Eletrônicas** ele se apresentou, e venceu, o primeiro Festival Universitário da TV Cultura, sob vaias generalizadas da platéia. As vaias e o sucesso de crítica continuaram no Festival da TV Tupi, até que o público se habituasse à sua sonoridade extravagante e Arrigo pudesse finalmente documentar em disco, produção independente, no seu primeiro trabalho, **Clara Crocodilo**, lançado juntamente com sua temporada no Auditório Augusta sucesso absoluto durante quase um mês. E Arrigo que vinha se preparando para a incompreensão que cerca todo o trabalho de vanguarda, colheu os louros da glória em muito menos tempo que, acredito, ele mesmo esperava. Uma prova de que o público já começa a se cansar da eterna mesmice que ronda a música popular brasileira, com o “último” LP do Roberto, o “novo” da Rita Lee, etc.

Na música erudita tivemos bons lançamentos, mostrando que as gravadoras começam lentamente a perder o medo e

arriscar mais na música contemporânea. Os melhores exemplos são o primeiro disco lançado no Brasil do importante compositor francês Olivier Messiaen (que foi professor de todas a nova geração da música contemporânea, incluindo Boulez, Stockhausen e Xenakis) com o seu **Quarteto Para o Fim dos Tempos**, e Steve Reich com sua obra **Music for 18 Musicians**, lançamento da Copacabana e da WEA respectivamente. Aguardamos para 81 se as gravadoras continuarão a ousar ou se teremos as eternas reinterpretções do repertório clássico e romântico, se alguém ainda tem saco para isso...

Em termos de Jazz, o ano de 80 foi marcado pelo sucesso relativo do 2.º Festival de S. Paulo, que abusou da sua política de confundir Jazz e “Qualquer Coisa” e misturou Dexter Gordon e Pepeu Gomez, Betty Carter e Moraes Moreira, **Progressive Jazz** e Trio Elétrico, numa confusão típica de nossa mentalidade colonizada que põe na sala de visitas Carnaval, Muquoca e Jacaré, deixando escondido na cozinha a garrafa de Chivas... Foi o que aconteceu, num lamentável equívoco que levou o insípido Pepeu ao palco principal, mantendo o melhor de nossa música instrumental nos eventos paralelos, como foi o caso de Arrigo, do Grupo Um, Divina Increnca, que poderiam ter participado em pé de igualdade com o melhor do jazz internacional que pintou nos palcos do Anhembi. Fracasso absoluto foi o do 1.º Festival do Rio, fruto da ganância de empresários inescrupulosos que resolveram “faturar” em cima do sucesso dos festivais de S. Paulo e não conseguiram nada mais do que um retumbante fracasso marcado pela recusa de Hermeto em se apresentar para um público que parecia confundir jazz com discoteque, e a ridícula figura de Baby Consuelo cantando “Você pode fumar baseado”, confundindo música instrumental criativa com cretinice musicada. E o Festival do Rio, com sua péssima organização, conseguiu apenas que músicos de alto nível como o pianista McCoy Tyner e o grupo Weather Report declarassem que nunca mais voltariam a por os pés no Brasil. Um péssimo balanço para estréia de um evento.

O teatro como um time de futebol

Por Ricardo Rabelo

A atividade teatral em Belo Horizonte, como no país em geral, está marcada por uma estrutura altamente elitista de produção e consumo: as salas de espetáculos que existem ficam concentradas no centro da cidade e as peças pouco ou nada têm a ver com a realidade brasileira ou local. Praticamente monopolizadas pela Fundação Clovis Salgado, que congrega o estado e grandes firmas multinacionais e nacionais, as salas de teatro se especializaram em “grandes espetáculos” para pequenos e requintados públicos.

Em contraposição a isso, desenvolve-se nos bairros populares de Belo Horizonte e Contagem, uma incipiente mas vigorosa atividade de grupos de teatro amadores que constroem, aos poucos, uma nova visão do que é do que pode vir a ser o teatro e a cultura que interessa aos trabalhadores. Aqui, entrevistamos membros desses grupos que estão iniciando um trabalho conjunto, em torno da idéia da promoção de um Festival de Teatro Popular.

— Como surgiu a idéia de reunir os vários grupos de teatro de periferia?

— Eliane (bairro Jardim América) — A coisa surgiu a partir de iniciativas de pessoas ligadas às associações de bairros e interessadas na atividade, que começaram a discutir o que seria um Festival de Teatro para ser levado na periferia. E a partir daí a gente começou a entrar em contato com uma série de pessoas, a desenvolver mais as idéias. Porque hoje há uma necessidade muito grande de expandir esse trabalho para um número maior de pessoas. A idéia do Festival, apesar das discussões que ainda estamos tendo a respeito, foi a

forma que a gente encontrou para motivar as pessoas a participarem. E o que se viu, ao longo das reuniões, é que o primordial seria a gente criar uma arte voltada para o pessoal que está nos bairros, para que eles tomem contato com o teatro e a partir daí passem a desenvolver, criando um grupo de teatro.

— Tião (Grupo Ar Livre-Bairro União) — A idéia principal é criar um circuito nos bairros. É que um bairro que tenha um espetáculo hoje, e eles fiquem sabendo que daí a quinze dias vai ter uma nova peça. Não é só ter um festival e acabar, mas ir criando um espaço para esses grupos que montam uma peça e depois da apresentação se dissolvem, pois não têm local, não têm incentivo.

— Como vocês vêem o objetivo específico para esse trabalho dos grupos, qual seria seu papel dentro do movimento dos bairros?

— Valter — Bem, aí há dois aspectos a considerar. Um é o aspecto criativo, que o pessoal de bairro mesmo possa criar um grupo de teatro. Lá no Bairro São Bernardo, a prefeitura queria aterrar uma lagoa, que embeleza o lugar. Aí os moradores fizeram uma peça para contestar isto, o aterramento da lagoa. Então há aí o aspecto da movimentação. De repente a arte pode ser um instrumento de reivindicação política. O outro aspecto é que eu acho essa unidade que nós estamos tentando criar aqui em BH entre os bairros muito rica. Essa unidade de um grupo de um bairro conhecer o trabalho de outro, possibilitando um intercâmbio cultural. E geralmente esses grupos fazem peças-relâmpago, de momento. Aí, depois da apresentação da peça com um objetivo bem concreto, acaba o grupo. Para que

também isso não aconteça é importante que esses grupos possam apresentar essas peças em outros locais e até mesmo produzir outras peças, para serem apresentadas nos bairros.

— Rodrigo (Grupo Teatro Experimental - Bairro Eldorado) — Resumindo tudo isso, o importante nos grupos de periferia é que, produzindo suas próprias peças, eles refletem aquilo que os trabalhadores sentem na carne, toda a exploração, toda a vida deles. Se você vê uma peça aqui no centro, além de não haver condição econômica para esses moradores assistirem, nem interesse, porque eles não estão acostumados, o teatro da periferia é um teatro que eles mesmos fazem, é uma forma de participação.

— Tião — É fazer uma troca de experiências. Como o grupo União e Olho Vivo de São Paulo. Eles vêem o teatro como um time de futebol que põe um saco de camisa, bola e chuteira nas costas e vai cada fim de semana num lugar. Então o teatro pode ser feito neste mesmo esquema de um time, só que não é um time jogando contra o outro, mas sim um bairro trocando os espetáculos no fim de semana com o outro.

— Vocês que são do Grupo Teatro Experimental, que iniciou o trabalho do circuito com a peça “Vila Brasil”, poderiam dizer como é que surgiu o grupo e como é a peça, o tema e a experiência?

— Rodrigo — O grupo é formado por pessoas do mesmo Bairro, o Eldorado, que fica em Contagem. Começou tentando montar uma dessas peças já tradicionais e não deu certo. Resolvemos então a gente mesmo escre-

ver uma peça nossa. Um trabalho que refletisse os problemas que nós estávamos vivendo. Depois de várias tentativas, surgiu a proposta de um grupo de mulheres do PT, que nos pediu que fizéssemos uma peça para ser apresentada no Encontro de Mulheres do PT.

— Bernardo (Teatro Experimental) — A peça se passa numa vila bem pobre, onde as condições de higiene são precárias. Nessa vila há um operário que tem medo de levantar a voz contra o governo, contra o sistema, o Mário Capacete. Há outras pessoas, como a Joana que faz o contraste com o Mário, que é uma operária abandonada pelo marido e que teve que se virar para defender o filho dela e se defender. Então ela começou a tomar consciência de que eles, os operários, são as pessoas que mais trabalham, que mais dão duro e batalham para sobreviver e no entanto não têm nada, não têm água encanada, não têm alimentação, higiene. Então ela começou a querer reunir, discutir com os vizinhos os problemas da própria Vila os problemas deles. E isso levou a criar um movimento dentro dessa Vila, correndo abaixo-assinado, convocando o vereador eleito lá para se explicar, etc.

Em esse movimento, a mulher do Mário Capacete, muito submissa ao marido, começa a querer se conhecer e às pessoas que convivem com ela. E a peça acaba com ela falando ao público, da consciência que ela tomou da situação toda com o abaixo assinado, o vereador, e a morte de seu filho. Essa morte gera uma revolta imensa do público, que se torna um participante invisível da Vila Brasil, porque ele morre de gastroenterite, o que resume e engloba todos os problemas dessa Vila

Documento secreto revela a verdadeira política norte-americana para El Salvador.



Camponês assassinado durante o enterro de Dom Romero

Nos Porões do Imperialismo

O noticiário sobre os acontecimentos em El Salvador que transparece nos principais jornais da grande imprensa, alimentados pelas agências internacionais de informação, dá a entender que os EUA estariam apoiando uma política de reformas naquele país, representada pela Junta de Governo, mantendo uma postura mais ou menos neutra de ajuda econômica e assessoria militar. E que, somente agora, em nome da estabilidade da Junta e de uma pretensa intervenção nicaraguense e cubana no conflito, estariam ampliando esta ajuda militar, enviando armas e munições.

Apresentamos aqui um documento secreto de funcionários do Departamento de Estado, da CIA, do Departamento de Defesa e do Conselho Nacional de Segurança norte-americanos que demonstra fartamente o contrário. A

intervenção militar americana, direta ou através de aliados na América Central vem sendo cogitada e preparada há muito tempo. E as mãos do imperialismo na verdade estão muito mais sujas do que nos fazem crer: desde a aliança e articulação direta com o terrorismo da direita em El Salvador, à preparação das forças militares das ditaduras vizinhas e exércitos mercenários.

Está claro que estão em luta hoje não a Junta governista contra guerrilheiros salvadorenhos, mas as forças articuladas do imperialismo, de várias ditaduras e de grupos para-militares contra o povo salvadorenho. O que coloca com todo destaque a necessidade da solidariedade internacional a esse povo que sorri largo nas zonas libertadas e organiza com coragem a sua luta contra o opressor.

A administração Carter tem aumentado gradualmente o envolvimento político, diplomático, econômico e militar americano em El Salvador. Este envolvimento é extenso e crescente. Os recursos aplicados neste esforço são maiores que os invertidos em qualquer outra crise hemisférica deste 1965. (...)

Os que tomam as decisões políticas estão de acordo em que os Estados Unidos ainda podem impedir o colapso do atual governo de coalizão cívico-militar mediante a concessão aberta e encoberta de assistência política, militar, econômica, técnica, diplomática e de relações públicas ao atual regime. No entanto, se este esforço não conseguir estabilizar a situação local EUA fará saber que está preparado para usar e usará a força militar em conjunção com outros ou, se necessário, unilateralmente.

Aliança com os escuadrones de la muerte

Diversas agências governamentais têm tomado medidas preparatórias para intervir militarmente em El Salvador. (...) As atividades que agrupamos abaixo estão sendo implementadas por não menos que doze agências do governo e apoiadas por numerosos organismos não governamentais.

1. Melhoramento das condições políticas e

econômicas, a fim de aumentar a viabilidade da atual coalizão governante.

2. Melhoramento e proteção da legitimidade internacional e do prestígio do regime.

3. Fortalecimento das capacidades de contra-revolução das forças armadas:

- incrementando o treinamento para oficiais médios e baixos.

- melhorando a infra-estrutura militar para conseguir comunicações em combate urbano e rural mais eficazes.

- estabelecendo linhas de abastecimento adequadas e armazenando material bélico em cooperação com aliados regionais e extra-hemisféricos.

- dando assistência e assessoria aos comandos táticos e estratégicos.

- incrementando a coesão e a coordenação das diversas estruturas de comando dentro das forças armadas.

- buscando colocar sob um comando unificado as unidades paramilitares que operam no país.

- estabelecendo e ou melhorando a comunicação e a cooperação entre as forças armadas e as organizações paramilitares na Guatemala, El Salvador e Honduras.

(Em El Salvador a **ORDEN, Organização Democrática Nacionalista**, conta com 50 a 80 mil "recrutados", já assassinou mais de 3 mil

camponeses, vários líderes da Frente Democrática Revolucionária e ficou mundialmente famosa com o assassinato, de Dom Romero, arcebispo de San Salvador. Na Guatemala atuam vários comandos direitistas, entre eles o tenebroso Exército Secreto Anticomunista, responsável pelo assassinato de duas mil pessoas e um estranhamente coincidente "Escuadrón de la Muerte".)

Os mariners, se necessário

"4. Pondo em dias os planos que detalham as respostas alternativas dos Estados Unidos diante da deterioração das condições na região, incluindo:

- iniciativas políticas e diplomáticas que se tomariam na eventualidade de se requerer a intervenção de tropas americanas para preservar o atual regime.

- planos operacionais para o deslocamento multilateral e unilateral de forças em El Salvador e Guatemala.

- Cálculos de custos, baixas e duração com condições favoráveis e não favoráveis.

- avaliação do estado de preparação e recomendações sobre exercícios preparatórios.

- estimativa da necessidade e preparação de planos de contingência para ações destinadas a sabotar o apoio e as linhas de abastecimento

das forças guerrilheiras salvadorenhas em Cuba e Nicarágua.

Engabelar a opinião pública mundial

5. Garantia do contínuo apoio do Congresso e da opinião pública mediante esforços de compromisso e relações com a imprensa. (...) As reportagens sobre El Salvador têm respondido à política oficial: maior ênfase nos interesses americanos na região, referência contínua ao envolvimento cubano, pôr em segundo plano a questão dos 'direitos humanos', uso eficaz da fórmula "extremistas da esquerda contra extremistas da direita".

(no dia 15 de janeiro, o reinício da ajuda militar dos EUA (5 milhões de dólares), interrompida devido ao assassinato de religiosos norte-americanos nas proximidades de San Salvador, foi antecedida pela "notícia" difundida pela Junta salvadorenha e pelo embaixador norte-americano, de que cem guerrilheiros nicaraguenses haviam desembarcado no país).

Um círculo de ferro ronda a revolução

Guatemala: "Em anos recentes, os militares guatemaltecos têm se referido a uma definição ampliada dos interesses nacionais e territoriais de seu país, que contempla a possibilidade de intervenção nos vizinhos Belize e El Salvador. No curso do ano passado se formou uma força de choque paramilitar composta por ex-membros da Guarda Nacional nicaraguense, cubanos anti-castristas, pessoal guatemalteco e mercenários. Porta-vozes deste contingente expressaram suas intenções de intervir em El Salvador "quando a situação o requerer".

Elias Barahona y Barahona, combatente do Exército Guerrilheiro dos Pobres, que se infiltrou no Ministério do Interior da Guatemala, revelou recentemente que a ditadura guatemalteca mantém mais de dois mil soldados e cem oficiais especializados em contra-espionagem na fronteira com El Salvador, como parte de um acordo secreto entre os dois governos; que prepara uma força especial de cinco mil mercenários com apoio norte-americano e elaborou um plano de unificação do exército guatemalteco com o de Honduras e elementos da ex-guarda de Somoza.)

Honduras: "No curso de 1980, o Departamento de Defesa dedicou consideráveis recursos à expansão das comunicações e à melhora das relações com as forças armadas hondurenhas. O objetivo declarado foi 'criar um novo equilíbrio na região' depois da queda da Guarda Nacional de Somoza. (...) A fração majoritária nas forças armadas de Honduras, de linha dura, favorece a cooperação na contra-revolução em El Salvador, tolera e estimula os grupos exilados da Guarda Nacional hostis à Nicarágua para que operem desde Honduras, e crê que poderia ganhar num enfrentamento militar com Nicarágua."

Venezuela: "O governo do Presidente Herrera Campins se converteu num aliado indispensável de nossa política atual na América Central. A política venezuelana para El Salvador — e de resto na maioria das questões regionais e globais — coincide em grande parte com a nossa!"

Panamá: "Os Estados Unidos estão fazendo uso extensivo de suas instalações militares que restam no Panamá no programa ampliado de treinamento para pessoal salvadorenho. Este programa de treinamento é o maior que os Estados Unidos já patrocinaram para qualquer país latino-americano num só ano. A imprensa latino-americana tem publicado acusações sugerindo que o Departamento de Defesa poderia estar utilizando nossas instalações no Panamá para o armazenamento de apetrechos militares destinados a jogar um papel chave numa eventual ponte aérea logística de abastecimento para as forças armadas salvadorenhas obtivemos evidências substanciando estas afirmações." (...)

Cone Sul: "O bloco de apoio mais sólido para o atual governo (salvadorenho) e seus esforços de contra-revolução vem dos regimes militares do Cone Sul. Entre estes, Argentina, Chile e Uruguai proporcionam treinamento militar e acessórios para a inteligência, a contra-revolução rural e urbana e para logística. A Argentina se converteu no segundo treinador de oficiais salvadorenhas depois dos Estados Unidos."



El Salvador Com os guerrilheiros, em uma zona libertada

"Há oito anos que não paramos de lutar".



Reportagem realizada em uma zona libertada de El Salvador pelo jornalista sueco Lars Palmgren, publicada inicialmente na "Intercontinental Press"

A algumas centenas de metros da estrada principal, nós encontramos nossa primeira barricada, feita com pedras enormes empilhadas no caminho. A barricada é, com efeito, uma fronteira. Depois dela, a autoridade da Junta no poder no país não se exerce mais. Junto com vários jornalistas que me acompanham, eu acabo de entrar na "zona libertada" da região central de El Salvador, que é controlada pelas Forças Populares de Libertação Farabundo Martí (FPL).

Ao progredirmos para o interior da zona, ultrapassando outras barricadas que fecham as estradas e os caminhos, percebemos que tudo é bem diferente do que imaginávamos. Eu tinha a idéia de um campo de guerrilha distanciado, inacessível e camuflado. Mas, de onde estávamos, nós podíamos ver toda a encosta sul do vulcão.

Nós vimos grandes campos de milho e de outras culturas, e várias aldeias que reúnem milhares de habitantes. Não se trata de um campo de guerrilha isolado: é antes uma comunidade camponesa viva, na qual as pessoas trabalham, vão à escola, vivem sua vida de família. Vendo o aspecto exterior, nós acreditaríamos estar num lugar qualquer de El Salvador, mas aqui as pessoas tomaram suas responsabilidades e começam a construir um novo tipo de sociedade.

Não se trata de um campo de guerrilha isolado; é antes uma comunidade camponesa viva, na qual as pessoas trabalham, vão à escola, vivem sua vida de família.

Ao penetrarmos mais profundamente na zona libertada, nós sentimos que o clima de tensão que pesava desde nossa chegada a El Salvador começa a se desfazer. Nós somos cumprimentados pelos destacamentos armados que vão nos proteger. São camponeses e trabalhadores agrícolas, jovens e velhos, armados com suas pistolas e carabinas. Alguns levantam o punho como saudação, com largos sorrisos enchendo seus rostos. Depois de ter andado durante várias horas ao longo de trilhos e caminhos semi-dissimulados, chegamos à aldeia central. Uma multidão de crianças nos espera. Correm ao nosso redor gritando; as mães ouzadas se aproximam para tocar nossas máquinas fotográficas. Mas, a não ser os garotos, todos continuam sua rotina. As mulheres na frente das suas casas continuam a moer o milho para fazer "tortillas". Os homens trabalham nos campos. Esta poderia ser uma das muitas milhares de aldeias de El Salvador, a não ser porque nós vemos armas por toda parte.

A igreja tinha sido transformada em hospital; este é dirigido por um velho operário que não recebeu nunca uma verdadeira formação médica, mas que conhece alguma coisa da medicina tradicional.

Um dos feridos tem queimaduras no rosto e no braço, que lhe foram ocasionadas quando ele tentou incendiar um caminhão militar na véspera. Os outros — o mais jovem tem apenas doze anos — foram feridos por balas. "Graças a Deus, nenhum foi ferido gravemente", nos diz o diretor do hospital, com um tom de voz

misturado com ansiedade. "nós não temos quase meios para cuidar dos feridos graves, e não há praticamente possibilidade de evacuá-los para um lugar no qual eles poderiam ser melhor cuidados".

Do outro lado da estrada, não muito longe, está a escola que foi transformada em centro de treinamento. No campo de futebol, 80 novos recrutas, homens e mulheres, escutam um veterano explicar o funcionamento de um fuzil de assalto FAL. O veterano e os novos estão vestidos com roupas civis: camisetas, shorts e tênis. Na quadra de esportes, há também três cavalos com crianças brincando. Depois deste lugar, nós podemos ver o vale se estender como um tapete verde; ele parece tão tranqüilo que esquecemos que a guerra civil se alastra por El Salvador.

Mas esta impressão muda com o barulho de um avião. Eu tento vê-lo sem conseguir. "Não te inquietes", me diz, com um tom tranqüilizador. Juan, um dos guerrilheiros, "eles nos sobrevoam sempre a grande altitude, mas tomam cuidado para não chegarem perto demais, a não ser quando lançam uma grande operação para invadir a zona". Vendo o nervosismo que se mostra em nossos rostos, ele nos explica que apesar das tropas governamentais saberem que "nós estamos aqui, não nos atacam antes de terem concentrado vários milhares de soldados apoiados pela aviação e por helicópteros. Se isto tivesse ocorrido, nós já o saberíamos".

A última vez que as tropas governamentais penetraram na zona foi a 30 de agosto. Helicópteros aterrissaram no campo de futebol e as tropas entraram no vale. Um guerrilheiro explica que "a maioria da população já se tinha escondido antes que os primeiros soldados chegassem, com excesso de alguns aldeões. Algumas mulheres foram estupradas e duas foram assassinadas". As tropas, que traziam cachorros, atearam fogo em cerca de 30 casas, minaram toda a zona e envenenaram algumas fontes de água. Mas se foram depois de ficar cinco dias na aldeia. Segundo Juan, "o exército revolucionário atacou seu campo e matou cerca de 30 soldados. Novos ataques contínuos os obrigaram a se retirarem, e desde então não os vimos mais".

"Apesar de as tropas governamentais saberem que estamos aqui, não nos atacam antes de terem concentrado vários milhares de soldados apoiados pela aviação e por helicópteros. Se isto tivesse ocorrido, nós já o saberíamos".

Juan, que tem 22 anos, é membro do exército revolucionário cujo campo-base é acima, nas encostas do vulcão. Além do exército revolucionário que é composto de combatentes em tempo integral e melhor equipados, os revolucionários se organizam militarmente em dois outros níveis: a milícia e as unidades de guerrilha. "A milícia", explica Juan, "é uma estrutura de auto-defesa e quase todo mundo participa dela". As unidades de guerrilha são formadas de combatentes irregulares mas que, ao contrário das milícias, podem levar a cabo ações ofensivas como emboscadas contra comboios ou veículos militares.

A medida que a noite começa a cair, os novos recrutas ainda estão no campo de futebol, estão divididos em três grupos para a discussão política. Um grupo de mulheres, que volta do rio carregando roupa passa por ali; trocam gracejos com as recrutas guerrilheiras.

Cada uma das aldeias da zona libertada é dirigida por um conselho de cinco pessoas eleitas pela assembléia da aldeia. Cada um tem um secretário geral, e eles fazem parte de um conselho especial encarregado de administrar toda a zona.

Contínuo espantado com o contraste entre os atentados a bomba diários na capital, San Salvador, a guerra aberta que se desenvolve no departamento de Morazan, ao qual os militares me impediram de ir alguns dias antes, e o caráter tranqüilo da vida cotidiana nesta zona libertada.

As primeiras tentativas de organização camponesa tiveram lugar em 1972, e há oito anos o trabalho de organização prossegue. Como Juan me explica: "nós não paramos de lutar desde então. Nós combatemos o Exército, os bandidos e os bandos para-militares organizados na ORDEN foi varrida da zona. "nós temos nosso próprio exército, nossa própria milícia, nossas próprias unidades de guerrilha, e nós retomamos a terra", explica Juan.

Há várias aldeias nesta zona libertada. Cada uma é dirigida por um conselho de cinco pessoas eleito pela assembléia da aldeia. No interior do conselho há uma divisão de tarefas entre os cinco, dos quais um funciona como secretário geral. Os secretários gerais de cada um dos conselhos fazem parte de um conselho especial encarregado de administrar toda a zona. Nas assembléias, é discutida a situação da zona, do mesmo modo que sessões de educação política conduzidas por militantes revolucionários.

Pergunto a Juan como a produção se organiza ali. Ele me diz que algumas pessoas cultivam sua própria terra, mas que o essencial da terra que pertence a uma mesma fazenda é trabalhada em comum. No quadro da pseudo reforma agrária governamental, o Instituto salvadoreño da Reforma Agrária (ISTA) comprou a fazenda a seu proprietário, o que faz que, legalmente, as terras pertençam ao Estado. "Mas, na prática", explica Juan, "a terra nos pertence. Nós chegamos a forçar o ISTA a negociar conosco os preços e as questões de crédito. Em razão da guerra, nós não pudemos semear toda a superfície da terra que gostaríamos".

Mais tarde, assistimos a um baile. Depois de termos percorrido um pequeno caminho na floresta e atravessado dois riachos, chegamos à casa onde ele se realizou. Estava guardada por vários camaradas armados de fuzil.

Na casa, já há 200 ou 300 pessoas. Em um canto, uma pequena orquestra, um baixo, duas guitarras e uma bateria. Casais já estão na pista. Na parede está pendurado o plano da semana para os recrutas e as unidades de guerrilha. A lista de atividades diárias vai das cinco

da manhã às dez da noite. Em um dado momento, a música para e um velho sob num tamborete e se dirige à assistência: "Viva o internacionalismo proletário!" começa ele. Todos respondem. "Viva!".

"Viva a solidariedade internacional!"
— "Viva!".

O orador explica que a luta tem uma dimensão internacional. Que o inimigo de classe não está apenas em El Salvador, mas em todo o mundo. "É por isto que estamos orgulhosos por acolher na nossa comunidade combatentes vindos de outros países. Estamos orgulhosos de que eles tenham vindo aqui e aprendido com nossa luta, de modo a poder informar seus camaradas que lutam em seu país". A multidão se volta para nós e começa a aplaudir. Pedimos que digamos algumas palavras. Cada um de nós, por sua vez, sobe no tamborete e se apresenta, depois diz algumas palavras sobre nossa determinação de trabalhar para o reforço da solidariedade internacional com sua luta.

Os rostos, na pista de dança, estão cheios de esperança. Estes camponeses pobres, estes trabalhadores agrícolas nesta pequena zona libertada de El Salvador sabem a importância da solidariedade internacional; sabem que se nós formos capazes de dar vida aos lermas sobre o internacionalismo proletário, isto ajudará diretamente o seu combate, isto significará a vitória no lugar da derrota, a vida no lugar da morte. Vendo estes rostos, penso que cada um dos visitantes pôde compreender concretamente a importância de construir um movimento de solidariedade internacional com o povo de El Salvador.

"É por isto que estamos orgulhosos por acolher na nossa comunidade combatentes vindos de outros países. Estamos orgulhosos de que eles tenham vindo aqui e aprendido com nossa luta, de modo a poder informar seus camaradas que lutam em seu país".

Em seguida, outro veterano sobe no tamborete e explica o papel do baile: "é claro que é bom estarmos todos juntos e passarmos algumas horas agradáveis. Mas este baile tem também outro objetivo particular, arrecadar fundos para nosso exército revolucionário, para poder alimentar nossos soldados". O veterano passa o chapéu, as pessoas colocam moedas. A música e os risos recomeçam. Um baile da revolução!

Na vota, ficamos silenciosos, mergulhados nas nossas reflexões. Cinco horas mais tarde, nós nos levantamos com o sol. Os recrutas para as unidades de guerrilha já estavam no campo de futebol. Um novo dia de preparação para os confrontos decisivos começava.

Vendo a cena, percebi de repente como, durante todo o tempo em que estive na zona libertada, tinha tido a impressão de estar na Nicarágua, onde a vitória já foi conseguida. Mas, vendo os voluntários treinar, isto me fez lembrar que aqui as batalhas decisivas estão por vir e que o resultado continua incerto. O trabalho de solidariedade internacional pode ajudar a balançar a se inclinar em favor dos revolucionários salvadoreños.

a parte

diretoria, conselho e companheiros do jornal EM TEMPO

A Prezadíssimos companheiros: Começo com uma crítica construtiva à nota da Diretoria "Cultura sai..." (EM TEMPO n.º 119). Ali onde se lê "... as discussões sobre a Cultura, que temos tido no coletivo do jornal, são antigas, senão clássicas", devia-se ler "... as discussões sobre a Cultura, que temos tido por toda a história da Imprensa alternativa, são bolero velho, senão tango derramado".

E aí está o nó desla "pequena discussão", ainda segundo o texto da diretoria. O adjetivo "pequena" está correto — se tivermos em conta que desta vez, aparentemente, não há sacanagens políticas nem em cima nem embaixo da mesa. Também penso que a coisa estava muito longe da /crise anterior/, na Editoria de Cultura do EM TEMPO, quando os (ex-) companheiros que depois foram fazer o jornal *Companheiro* e mais alguns correligionários se enquistaram na editoria e dali faziam outro jornal, competindo com as outras editorias e propondo-se, no fundo, a "tomada" do jornal como um todo. Igualmente me parece afastada a hipótese, também comum na prática da Imprensa alternativa, de aparecerem primeiro na Editoria de Cultura, onde as matérias não estão TÃO presas ao dia a dia, as divergências estratégicas de hoje que levarão ao racha de amanhã. Ou haveria mesmo um racha prefigurado no EM TEMPO? Não sei, de longe é difícil avaliar. Espero que não. Pelo bem dele e da Imprensa socialista no Brasil.

As discussões sobre a Cultura, que temos tido por toda a história da Imprensa alternativa, são bolero velho, senão tango derramado.

Por outro lado, o adjetivo "pequena" não está correto, se levarmos em conta que as discussões sobre Cultura são velhas, nasceram na Imprensa alternativa ao mesmo tempo em que esta nasceu, que os argumentos se repetem e nunca se acerta o passo. A não ser o passo do desgaste e da saída, como mais uma vez se assiste. Há coisa aí pra ser discutida mais a fundo.

Já que o produto final em questão é um

Sobre as eleições para a UNE

Centro Acadêmico da FAU/USP esclarece sua posição sobre as eleições passadas retificando matéria publicada no EM TEMPO

A respeito do artigo "UNE tem Nova Diretoria" (EM TEMPO n.º 119), em especial a frase: "... em São Paulo, além de algumas boas votações, uma chapa identificada com o programa (da chapa Nosso Tempo) venceu as eleições do Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da USP" temos algumas colocações a fazer:

1. A idéia básica da chapa "De Repente", vencedora das eleições do GFAU, expressa na carta-programa, é de que 700 estudantes aglutinados em torno de uma entidade não precisam de uma representação se a participação direta for intensa. Nesse sentido, propusemos um trabalho que trouxesse os alunos da FAU para o GFAU, viabilizando a auto-gestão. Lendo e relendo a carta-programa de Nosso Tempo, não encontramos nada que se identificasse com essa idéia, mesmo porque ela diz respeito ao funcionamento de um centro acadêmico e nunca a uma entidade do porte da UNE.

2. Essa chapa, como várias outras que vêm surgindo de uns tempos para cá, reflete a insa-

tisfação dos estudantes com o sectarismo e a consequente polarização verificada no M.E. brasileiro e, mais agudamente, no paulista. Essa polarização, responsável pelas assembleias piebiscitárias do DCE-USP (contra ou à favor da greve) é que está afastando os estudantes de suas entidades. Neste quadro é que se formam novos grupos, independentes e sem os vícios de várias tendências.

3. Desde o lançamento da chapa, somos alvejados por todo tipo de rótulos: anarquistas, reformistas, marionetes de Liberdade e Luta ou Centelha ou Vento Novo. Acreditamos que a colocação feita no artigo não passe de um equívoco, mas esse esclarecimento é necessário para que esse equívoco não seja utilizado para bombardear uma chapa cujo programa foi discutido e fechado por um número expressivo de alunos da FAU e que não abre mão de sua independência.

São Paulo, 17 de dezembro de 1980

(DE REPENTE — chapa vencedora das eleições do GFAU, gestão 80/81.)

Cultura sai, Cultura entra (pelo cano)

Do Canadá, onde se encontra há mais de um ano, Flávio Aguiar — nosso ex-editor de Cultura e agora, ex-membro do Conselho Editorial do jornal — nos envia sua contribuição ao debate sobre os rumos da Cultura no EM TEMPO. Sua carta é, para todos nós, muito positiva: uma profunda avaliação do "problema da Cultura" nos jornais alternativos cuja importância vai bem além das questões específicas do EM TEMPO.

jornal, acho que é por aí que se deve começar. O jornal, a preocupação e o hábito de fazê-lo, definem um certo número de expectativas: a manchete atraente; a divisão do texto em parágrafos harmônicos no tamanho, o olho que introduz o leitor na matéria e que ao mesmo tempo pode dispensá-lo de ler o resto, etc. Com isto vem a preocupação do texto o mais curto possível, a frase rápida, o assunto tratado com leveza, a linguagem transparente. A pressa e a rotina fazem, freqüentemente, da rapidez desleixo, da leveza leviandade, da transparência frouxidão. Como a maior parte do jornalismo que se faz pertence ao mundo do capital, é lá que se define, ainda, gostemos ou não, o caráter dessas expectativas, e o peso que terão de fato na elaboração do produto final. Tudo deve se ligar em nome da eficiência e da presteza, da rapidez dos resultados. E na competição da banca, a Imprensa alternativa começa por incorporar o caráter dessas expectativas e o risco dos mesmos defeitos, embora queira inverter-lhes o sinal ideológico.

À questão do jornalismo se junta uma outra, mais complicada, no caso da Imprensa alternativa: a questão da militância. Ou o jornal acompanha a atualidade política, vinculando-a a uma determinada linha editorial, mais ou menos ampla, ou morre aos olhos do militante que assumiu fazê-lo. Ou agrada e agrega os correligionários imediatos, ou precisa ser corrigido para não morrer. Ou convence o correligionário potencial, ou não presta. Para essas expectativas conjugadas, tudo o que atrapalhe a imediatez da comunicação aparece como pedanteria. E o relacionamento do jornalista, alternativo ou não, com o intelectual pré ou pós universitário, de cujo meio, em geral, vem o colaborador ou mesmo o trabalhador da Editoria de Cultura, termina sendo contraditório. De um lado, o jornal quer o conhecimento do "especialista", e até o prestígio do seu nome, se for famoso, para pendurar na capa; do outro, rejeita o seu texto, que vê comprido, complicado, digressivo,

vo, de quem não está preso à rotativa nem premido pelas duras condições da militância.

Invertamos o ponto de vista. O colaborador ou mesmo trabalhador de uma Editoria de Cultura vem, via de regra, direto do meio universitário, seja professor, estudante ou ambos. A diferença em relação a seu companheiro jornalista, na Imprensa alternativa, que em geral também passou pelo meio universitário, é que aquele, ao contrário deste, tem a universidade não como lugar de passagem, mas como lugar de trabalho, ou a isso aspira. Para ele, o mundo do jornal aparece, no conjunto, como um mundo enfadonho, repetitivo, massificador, pobre, como é, na verdade, na esmagadora maioria das vezes. É verdade também que o seu mundo de aulas, teses e trabalhos também lhe parece massificador, mas este sempre termina por lhe oferecer a possibilidade de um contato mais pessoal, de um texto (um pouco) melhor acabado, seja na pesquisa, seja no estilo. O trabalhador do meio universitário opõe à massificação dos meios de comunicação o seu sentimento do valor da arteficialidade, da coisa-bem-feita-e-acabada.

A união jornalismo-militância-universidade, numa perspectiva de defesa do ponto de vista dos trabalhadores, vai diretamente contra os interesses da hegemonia conservadora

Quando lhe aparece uma oportunidade de trabalhar na Imprensa alternativa, esta lhe cai do céu: é a oportunidade de pôr, em circuito maior, as suas idéias, o seu sentimento anti-massificante, o seu mundo do bom acabamento, a relação mais pessoalizada (no trabalho em equipe) que a universidade lhe permite vislumbrar mas não exercer de fato. O colaborador da cultura entra no jornal valorizando também a imagem de liberdade que o jornal alternativo lhe traz — livre da sua prisão universitária, da morosidade acadêmica, da mesmice burocrática, da falta de revistas adequadas, o que lhe limita a visão aos velhos livros da biblioteca — quando há livros e biblioteca. E assim ele vai se descobrir preso às rotativas (mesmo semanais ou quinzenais) e

as exigências gerais da militância jornalística — pau na máquina, texto curto, fraseado "popular", linha correta, tema do presente, chega de pedanteria. O desencontro fica evidente. É claro que utilizo cortes extremos e que todas as gradações ficam possíveis entre os dois tipos. O mais comum mesmo é ambos existirem numa mesma pessoa; mas igualmente o mais comum na relação com o jornal é um predominar sobre o outro, e exigir, por um mecanismo psicológico de economia, a neutralização do "vencido". Como essa neutralização, que exige uma eliminação, é difícil de fazer no plano interno, a batalha vira guerra de extermínio no plano externo. Daí ao desgaste o passo é pequeno; os argumentos se repetem, as discussões se eternizam, viram "clássicas". Existe, por trás dessas desavenças contínuas em torno da Cultura, um pano de fundo estrutural que pertence ao plano geral da divisão do trabalho e que faz que cada um, a seu modo, fetichize a sua mercadoria. É claro que sempre existe a possibilidade — e já testemunhei casos — de que esse pano de fundo sirva a interesses mais imediatos e mesquinhos — critica-se tal matéria como difícil na verdade para se desgastar a posição de fulano etc. Acho muito difícil que este tenha sido o caso no EM TEMPO. E desse modo, livre de doses de má-fé, essa pequena crise permitiu que o desencontro de fundo aparecesse de modo mais nítido. A lamentar, além do desencontro, apenas o título da carta da diretoria — "Cultura sai sem dizer a que veio nem porque se foi..." — porque mesmo que a nota do Zé Mario e da Rachel não seja explícita, o referido título revela um desprezo absolutamente injustificável em relação a companheiros que também contribuíram, com o seu trabalho, para a existência do jornal.

Estou convencido de que aquele desencontro deve ser enfrentado e minorado sempre; a união jornalismo-militância-universidade, numa perspectiva de defesa do ponto de vista dos trabalhadores, vai diretamente contra os interesses da hegemonia conservadora que pensa impor uma vida "a la americana", de cada macaco no seu galho e todo mundo no meu cercado. Deve-se insistir nessa união, bater com a cabeça na parede, marretar sempre a mesma tecla. Mas não se deve pedir o impossível. Parafreaseando Lincoln: é possível que todos tenham saco por algum tempo; é possível que alguns tenham saco todo o tempo; mas é impossível que todo mundo tenha saco todo o tempo. Em termos mais políticos, não é possível passar em brancas nuvens por cada vez em que uma dessas componentes elimina a outra — seja de repente, seja pelo cansaço da situação. E não é sempre que o resultado é favorável ao "jornalismo militante" — nas revistas mais próximas da universidade também se espezinha e se repele o "jornal-populismo". Nessas horas o negócio é aprender a lição e sair pra outra. E a tendência será sempre a de que um lado domine o outro, enquanto não se invertem os critérios de desigualdade social com que se organiza a divisão do trabalho intelectual hoje, em "massa e público" de um lado e "elite" do outro.

Pelas razões acima expostas — que penso terem ficado bem claras — peço aos companheiros que retirem o meu nome do conselho deste jornal, do qual permaneço leitor e, se der, colaborador.

Um abraço, e aproveito a oportunidade pra cumprimentar — a nós todos — pelo terceiro aniversário do EM TEMPO.

EM TEMPO:

Conselho Editorial e Administrativo:

Raul Pont, (presidente), Aloísio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Marisa Araújo, Flávio Andrade, F. Pereira, Sandra Starling, Luci Ayala, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Robinson Aires, Sérgio Alli, Tom Duarte,

Suplente: Valmir Menezes.

Diretoria: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Robinson Aires

Editor Chefe: Flávio Andrade.

Dir. Responsável: Robinson Ayres.

Arte: Sergio Papi e Paulo Roberto Borges.

Sucursais:

Belo Horizonte: Av. Cristóvão Colombo, 550 Tel.: 224-0127. Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20. Rio de Janeiro: Caixa Postal 4680. Salvador: Av. Joana Angélica, 8 sala 44. Fortaleza: R. Pedro I, 1490 - Tel.: 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S.A.

R. Francisco Leão, 57 - Pinheiros - São Paulo CEP 05414 - Tel.: 852-8880.

IMPRESSÃO: Editora Joruês R. Gastão da Cunha, 49 - Tel.: 531-8900.

CUBA



1 — A luta pela extensão da Revolução X a defesa da burocracia soviética

Internacionalismo! Neste fim de ano, às vésperas do II.º Congresso do Partido Comunista Cubano e do 22.º aniversário da revolução, a lembrança deste "dever sagrado" está presente em toda parte. Ao longo das estradas, nas paredes dos escritórios, no rádio, na televisão, na escola. Um tema predomina: a solidariedade combatente com a Nicarágua, El Salvador e Guatemala. Um lema mil vezes repetido: "Sem internacionalismo, a revolução não existiria!"

Nesta manhã, na parte de baixo de sua página internacional, o Gramma, diário do PC, reproduz um despacho da agência Tass (da URSS) que fala sobre um complot imperialista contra a Polônia...

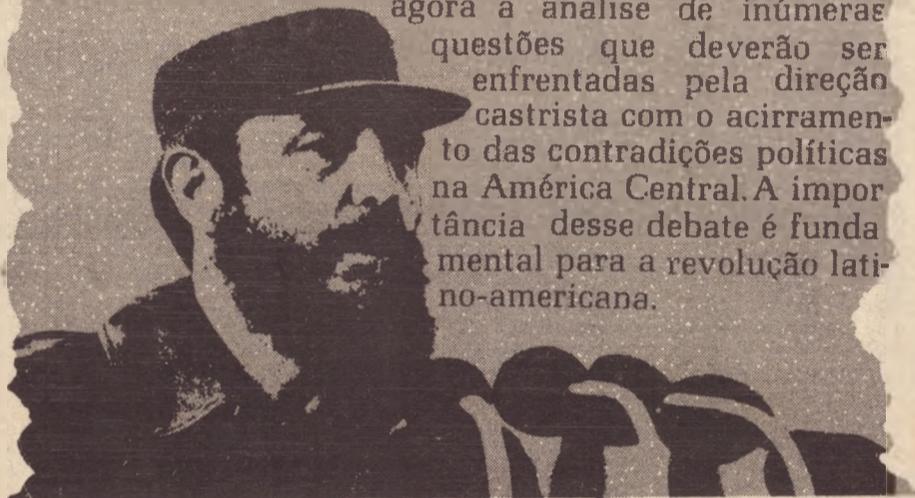
Roberto não é um "trabalhador de vanguarda". Não será nunca membro do PC cubano. Com cinquenta e quatro anos, passou toda a sua vida no Escambray, uma região montanhosa que está entre as mais isoladas e atrasadas da Ilha. Agricultor independente, ele cultiva o café. Em um encontro, ao acaso, ele nos falou sobre sua vida, mas foi a revolução que ele contou: a campanha de alfabetização e sua felicidade por ter aprendido a ler, a chegada do professor na aldeia e a construção da escola, a estrada, a eletricidade, o médico e o posto de saúde para a manutenção do qual trabalha a sua mulher, as visitas do veterinário e os conselhos do engenheiro agrônomo. Sua vida é a revolução mesmo quando ele nos fala de suas crianças: "Três filhos, três internacionalistas. Um é oficial e combateu dois anos e meio os imperialistas em Angola; o outro é "médico internacionalista" na Etiópia, e a terceira é "professora internacionalista" na Nicarágua, na costa..."

Como o Che na Bolívia

O pequeno camponês ainda ligado ao seu pedaço de terra, para quem as encostas do Escambray marcam sempre o limite do mundo, falava do internacionalismo como da coisa mais bela que a revolução havia ensinado aos seus filhos. Seus filhos que "um pouco como o Che na Bolívia ajudam outros povos a vencer o imperialismo e lhes levam o que revolução cubana trouxe para eles próprios". Encontro emocionante, simbólico, como tantos outros, representando esta revolução depois de 22 anos de existência, a profundidade das suas raízes, a força do sentimento internacionalista presente por toda a parte.

Alto funcionário do ministério dos transportes, Raul é encarregado da produtividade do trabalho nos portos. Concluindo uma conversa sobre esta questão crucial para a economia cubana, ele nos disse: "Se amanhã nós perguntarmos aos trabalhadores do porto de Havana quais são os que — de qualquer idade e qualificação — estão prontos a partir para lutar na frente de batalha em El Salvador, 90% seriam imediatamente voluntários. Se, por outro lado, nós perguntássemos quais são aqueles que querem participar de um

Iniciamos neste número, a transcrição de uma série de artigos do jornalista e militante socialista Jean Pierre Beauvais do semanário francês Rouge. Ele esteve na Ilha em dezembro onde acompanhou os trabalhos do II.º Congresso do PC cubano e desenvolve agora a análise de inúmeras questões que deverão ser enfrentadas pela direção castrista com o acirramento das contradições políticas na América Central. A importância desse debate é fundamental para a revolução latino-americana.



estágio que permita aumentar a produtividade do trabalho posteriormente, teríamos no máximo 10 a 15 por cento de voluntários".

Os estivadores de Havana, o orgulho emocionado de Roberto... os aplausos prolongados de centenas de milhares de cubanos reunidos no 20 de dezembro na praça da Revolução para escutar o discurso de encerramento do II.º Congresso do PC, quando Fidel Castro dirá: *Nosso congresso foi, antes de tudo, internacionalista*. Para as massas cubanas a revolução só pode ser internacionalista: é, esta mais do que nunca, a educação desejada e incentivada pelos dirigentes.

É um dos grandes eixos da mobilização popular, mobilização que, notoriamente se ampliou e aprofundou desde a "grande virada" que foi, segundo Fidel Castro, a vitória dos revolucionários nicaraguenses e o avanço das lutas em Salvador.

De São Salvador a Gdansk

O "combate internacionalista" implica, por vezes, em sérios riscos políticos para o PC e o Estado cubano que se concluem. Ele lhes oferece importantes recursos materiais e humanos, mas descarta outros — como aqueles que procurariam uma normalização das relações com os EUA — a fim de contribuir especialmente à consolidação e à extensão da revolução centro-americana, à vitória de novas revoluções "inevitavelmente socialistas". Vitórias que, em retorno, constituiriam para Cuba "a melhor das ajudas possíveis" segundo Fidel Castro.

Mas essa dimensão internacionalista revela e concentra também centenas de contradições e limites os mais significativos da revolução cubana e de sua direção. É em seu nome, e lá também ao preço de enormes sacrifícios, que mais de cem mil soldados e oficiais se dirigiram, em remessas sucessivas, para a África. Vitoriosamente, empurraram para fora de Angola a

invasão imperialista dos racistas sul-africanos.

Na Etiópia, ajudaram com bravura a defesa do mais profundo processo revolucionário que um país africano já conheceu... mas forneceram ajuda logística ao exército etíope em suas sucessivas tentativas de arrasar o combate do povo eritreu pela sua independência.

E, finalmente, foi também se apoiando em sua concepção do "internacionalismo" que, diante da crise polonesa, Fidel Castro se colocou sem nenhuma ambiguidade ao lado da burocracia soviética defendendo integralmente o seu ponto de vista. Ele prefere, evidentemente que não haja uma intervenção soviética na Polônia, mas justifica de ante-mão essa eventualidade em nome do "direito do campo socialista de defender sua integridade diante dos ataques do imperialismo".

A lógica dos dois campos

Empírica, a prática internacionalista da direção castrista é estranha ao que, para Lenin, era a essência do internacionalismo: "A vontade consciente de organizar uma ação de conjunto do proletariado de diferentes países para sua emancipação": a Internacional Comunista sendo a concretização dessa vontade consciente e o instrumento dessa ação de conjunto.

A prática da direção cubana é fundamentalmente o produto de sua experiência de direção nacional, da dinâmica interna da revolução, de suas necessidades, e, sobretudo de sua situação específica no quadro das relações de forças mundiais.

No coração da zona de influência dos Estados Unidos, convictos de que somente a extensão da revolução, particularmente nesta zona, reforçará sua posição, os dirigentes cubanos são contra novos tratados de Yalta, "contra a divisão do mundo em zonas de influência", uma concepção "anacrônica, reacionária e

fascista que volta a pregar o estancamento do progresso e das transformações no mundo" como o dirá Fidel Castro em seu relatório ao II.º Congresso do PC.

Entretanto, a direção castrista de fato analisa a situação mundial a partir do enfrentamento entre dois campos fundamentais: o imperialismo e o campo socialista. À escala mundial, ela confunde, ela identifica a luta entre burguesia e proletariado ao conflito entre esses dois campos. Para ela, lutar hoje realmente contra o imperialismo é lutar pelo socialismo, é se unir ao campo socialista e lutar por sua unidade interna. E não poderia ser de outro modo porque de um lado, ela está situada nos postos avançados do combate contra o imperialismo. Mas, por outro lado, se a revolução tem sobrevivido graças a uma extraordinária e permanente mobilização de massas, deve sua sobrevivência também à ajuda massiva da União Soviética e de seus aliados e a sua garantia militar de fato.

Assim, as teses internacionais do PC Cubano sublinham que "a unidade de ação é necessária entre as três grandes correntes de nossa época: o sistema socialista mundial, o movimento operário internacional e o movimento de libertação nacional. Atentar contra a unidade no interior de cada uma dessas três grandes correntes e a unidade entre elas, quaisquer que sejam as razões, é fazer objetivamente o jogo do imperialismo".

Desta forma, mediante a identificação dos interesses do proletariado mundial e dos povos oprimidos aos interesses de um "campo socialista" supostamente homogêneo, se é conduzido a subordinar os interesses do proletariado aqueles das burocracias no poder nos Estados operários, e de um modo especial, aos interesses da burguesia soviética.

Tal é a lógica de uma análise da situação mundial feita através do prisma deformante dos "dois campos" e que não leva em conta a existência de burocracias que tem interesses específicos distintos dos interesses dos trabalhadores.

Entre uma política internacionalista de extensão da revolução na América Central e a defesa sistemática da política e dos interesses da burocracia soviética a contradição parece total. Este é o produto de duas décadas de influência crescente da União Soviética sobre a economia e a sociedade cubana, sobre um Estado Operário nascido de uma autêntica revolução operária e camponesa sob uma direção não stalinista, e contraditoriamente, dos efeitos profundos do ascenso revolucionário, já sancionado pela vitória da revolução nicaraguense, sobre este Estado Operário e sua direção. Mas uma contradição dessa natureza e dessa amplitude é forçosamente temporária. O lado pelo qual ela se resolverá depende não apenas desses fatores, dos progressos ou dos recuos da revolução latino-americana em primeiro lugar, mas também da dinâmica interna da revolução cubana, dinâmica esta também marcada por inúmeras e profundas contradições.